



PLANO DE GOVERNO PARA UMA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL INCLUSIVA

CHICO MACHADO - CANDIDATO A PREFEITO

GESTÃO 2017/2020

I. Missão de nossa Gestão Municipal

Recuperar o Município de Macaé para as pessoas que aqui vivem

O Município de Macaé está sem rumo. Perdeu, nestes últimos três anos, o seu protagonismo como cidade polo de desenvolvimento e vem de uma gestão pública insegura, autoritária, centralizadora e incapaz de gerar expectativas positivas à população neste momento de crise e incertezas no campo econômico e social. O momento atual de Macaé coloca desafios agudos em todos os setores, inclusive na Administração do município, o que nos move a estabelecer um marco que direcione o início de um redensolvimento para o município.

Recuperar Macaé para as pessoas, diante deste quadro de insegurança e falta de rumos, exige uma gestão compartilhada, democrática e compromissada com as pessoas que aqui vivem. Isso requer, primeiramente, transparência nos atos de gestão pública. Exige também que se estabeleçam Programas, Projetos e Ações que possam, de forma concreta e acessível, incluir a totalidade dos cidadãos que aqui vivem e não apenas uma parcela privilegiada da população urbana.

Recuperar Macaé para as pessoas impõe ao Gestor Municipal um olhar em todas as direções e que alcance as expectativas da população da cidade e do meio rural, como também daqueles que tem o mar como seu campo de trabalho.

É preciso tomar decisões que se transformem em políticas públicas capazes de fortalecer o ambiente produtivo, criativo e empreendedor, o que é uma marca local. Nisso estaremos agindo para que os diversos setores da sociedade tenham oportunidades, seja apoiando o redimensionamento do desenvolvimento econômico com novas e diversificadas ofertas de empregos, seja pela conquista de renda familiar pelo trabalho alternativo e pela expressão das potencialidades individuais e coletivas.

Recuperar Macaé para as pessoas requer da gestão pública procedimentos seguros quanto aos objetivos a alcançar e que estejam sempre dedicados a reestruturar o desenvolvimento econômico, com base em compromissos verdadeiros com a sustentabilidade social e ambiental.

II. Visão que temos para nossa Gestão Municipal

Compreendemos que a crise é ao mesmo tempo alavanca para soluções criativas, tanto nas atividades já tradicionais com a economia do petróleo, quanto com a diversificação da matriz produtiva.

Nosso comprometimento com a Gestão Municipal terá o esforço concentrado e sinérgico de toda a equipe de Secretários e a totalidade dos funcionários, os quais que estarão novamente motivados em suas funções, buscando o alcance e estabelecimento de oportunidades a todos os cidadãos, tanto nas questões econômicas do desenvolvimento como na qualidade de vida no meio social.

Alcançar este novo patamar de oportunidades requer da Gestão Pública do Município um compromisso verdadeiro com a população, com as instituições do segundo setor e do terceiro setor da sociedade. Este compromisso exige que a Administração do Município seja, em todos os seus seguimentos, participativa, transparente e ética, sendo sempre eficaz na aplicação dos recursos públicos, garantindo uma cidade segura, humana, alegre, inclusiva e estruturada para ampliar oportunidades diversificadas de empregos e renda para todas as famílias.

III. Compromissos que pautam nossa proposta de Gestão Pública Municipal de Macaé para o período 2017/2020

Não estou sozinho nessa trajetória. Os compromissos que assumo como candidato e levo para a gestão como Prefeito são compromissos fundamentados no diálogo e na escuta do que o cidadão mais precisa neste momento de perda de identidade de Macaé. Na escuta de lideranças empresariais urbanas e do meio rural. Na escuta das vozes que coabitam as comunidades e constroem os espaços coletivos. No respeito às demandas trazidas pela população nas Conferências Municipais e nos Conselhos Municipais de Políticas Públicas. Na escuta sincera feita com os olhos nos olhos, de forma concreta e presencial, além daquela escuta das manifestações dos cidadãos que os meios eletrônicos proporcionam.

A cidade, o meio rural e as pessoas que vivem nesses espaços construídos não podem ficar à deriva da crise nacional e se justificar nela própria.

Saber virar esta página de crise e recuperar a confiança, antes tão segura no desenvolvimento com base na cadeia produtiva do petróleo, vai além de apenas esperar o retorno da pujança desta economia. Na condição de gestor dos destinos do município, estou desde já convicto de que devemos ir além desta expectativa e, corajosamente, caminhar ao encontro de um modelo de redensolvimento para Macaé.

Devemos estar juntos, sim, nessa recuperação da cadeia produtiva do petróleo, estabelecendo diálogo permanente com os empresários e suas instituições representativas. Esse diálogo levará Macaé a encontrar oportunidades de novos empreendimentos e novos negócios que contam com o grande contingente de profissionais colocados à margem pela crise no setor petróleo. Esta mesma cadeia produtiva continua com vigor, assim como os profissionais de diversas formações e capacidades que nela atuam, sendo capazes de reinventar-se com soluções criativas para novos negócios neste setor.

Devemos estar juntos, da mesma forma e com muita ênfase, das pessoas trabalhadoras e dependentes daqueles setores que ficaram à deriva do processo econômico: A pesca; a agricultura; a pecuária leiteira e de corte, do sistema de comércio e serviços; daqueles que exercem os pequenos ofícios; dos empreendedores individuais; dos artistas em suas diversas expressões; dos artesãos e seus espaços próprios; dos que buscam seu primeiro emprego e sua primeira oportunidade para expressarem seu potencial.

O atendimento das necessidades atuais deve ser planejado estrategicamente e seus efeitos devem ultrapassar de forma responsável os quatro anos da gestão municipal, na consolidação de um desenvolvimento duradouro. Com essa perspectiva, nosso Plano de Governo leva em conta propostas coerentes, integradas e que trazem o anseio da sociedade por melhorias que resgatem Macaé para as pessoas no momento atual e que sejam consistentes ao longo do tempo e do futuro do município.

Temos a firme convicção de que faremos uma gestão com compromissos para recuperar o Município de Macaé para as pessoas que aqui vivem.

Nosso Plano de Governo está alicerçado em 12 eixos estratégicos.

1. DESENVOLVIMENTO

- **O componente Econômico**
 - a) A cadeia produtiva da extração do petróleo;
 - b) Produção rural e pesca;
 - c) Produção Criativa e Empreendedorismo;
 - d) Cultura e Turismo;
 - e) Comércio e Serviços
- **O componente Humano**

- O componente Social
- O Componente Científico-Tecnológico
- O componente Ambiental

2. INFRAESTRUTURA

- Mobilidade
- Mobiliário urbano
- Portos
- Aeroporto
- Estação Rodoviária

3. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

- A infraestrutura dedicada à educação
- O resgate de programas essenciais e atualmente em colapso
- O aprimoramento e reciclagem do corpo docente
- A expansão das Políticas Públicas para a Primeira Infância
- A integração com as Universidades

4. SAÚDE E BEM ESTAR

5. ASSISTENCIA SOCIAL

6. HABITAÇÃO

7. CIDADANIA

8. JUVENTUDE E TERCEIRA IDADE

9. ORDEM PUBLICA E SEGURANÇA

10. ESPORTE E QUALIDADE DE VIDA

11. INTEGRAÇÃO REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL

12. GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

1. DESENVOLVIMENTO

DIRETRIZES PARA ESTE EIXO ESTRATÉGICO:

O desenvolvimento que queremos para Macaé no campo ECONÔMICO tem como objetivo intrínseco e principal o desenvolvimento HUMANO e SOCIAL, tendo o AMBIENTE como referencia incondicional no que tange as estratégias de crescimento econômico a serem adotadas.

A superação da crise atual de empregos e renda da população não pode estar dissociada dos novos rumos que o país está tomando na política, na economia e, principalmente, nos anseios da sociedade. Ver isto com clareza pelo gestor público faz com que Macaé também se posicione, e comece de imediato, a empreender modelos que levem a um desenvolvimento com novos padrões e novas referências. Isso exige retomar o entusiasmo pelo desenvolvimento com a inclusão das pessoas e valorização da sua capacidade empreendedora, qualidades de Macaé que se perderam nestes últimos três anos.

Cabe à Gestão Pública Municipal apoiar com criatividade a retomada dos investimentos urbanos, na pesca e na área rural e tornar o município novamente competitivo, com projetos que articulem recursos locais com aqueles disponíveis nos programas do governo federal.

Para isso é imprescindível que o município volte a ficar adimplente junto ao governo federal, uma condição arduamente construída e mantida até o momento em que, irresponsavelmente esta atual gestão deixou de cumprir, levando o município novamente a ser devedor na esfera federal. Impedido, portanto, de ter acesso aos Programas Federais. É tarefa urgente recuperar essa credibilidade e capacidade de acessar recursos federais.

As diretrizes deste eixo levam em conta as pessoas, o contexto social e o ambiental, como referências para os aspectos econômicos do desenvolvimento.

• **O componente Econômico e Produtivo do Desenvolvimento**

1. A cadeia produtiva da exploração e extração do petróleo

A cadeia produtiva do Petróleo estabelecida em Macaé tem sido a detentora dos rumos econômicos do município nos últimos 25 anos. Mesmo durante esta atual crise esse Setor ainda detém, no conjunto de empresas aqui localizadas e das atividades em curso, o maior volume de negócios e de capacidade de empregar e gerar renda na cidade.

Na atualidade, o esvaziamento desta atividade produziu reflexos em todos os setores da economia local, resultando na sua estagnação e no quadro atual de desemprego.

O município e sua Administração. Pública não podem ficar distante do que vem ocorrendo com a cadeia produtiva do Petróleo, o que requer estabelecer plataformas permanentes de diálogo e interação do município com os poderes decisórios no âmbito da Petrobrás, empresa líder deste setor produtivo.

Conhecer os passos futuros da Petrobrás dentro de Macaé se torna um imperativo para que possa ocorrer a sinergia necessária visando corrigir rumos do desenvolvimento local e gerar confiabilidade para os empresários dos serviços conexos, no sentido de se adequarem ao tamanho real, e não ilusório, do novo ciclo do petróleo iniciado com a atual crise neste setor.

Nossa Administração e Petrobrás deverão estreitar espaços de conversa na busca de soluções, visando apoiar o empreendedorismo local e novos negócios nesta cadeia de valor.

Buscando ampliar a base de empregos, faremos esforços na área fiscal, através de incentivos e oferecendo segurança jurídica, para atrair empresas com perfil de produção e negócios que possam absorver a mão de obra já treinada e capacitada nos diversos setores que a crise provocou dispensas em massa.

2. Produção Rural e Pesca

O estabelecimento da economia do petróleo, em Macaé, trouxe inúmeros benefícios ao desenvolvimento econômico da cidade. Entretanto, sua força como motor do desenvolvimento local se sobrepôs nos últimos vinte e cinco anos aos demais setores produtivos tradicionais, como a agricultura, a pecuária leiteira, de corte e a pesca.

Estes setores, antes uma referência da economia de Macaé, foram suplantados pelas oportunidades geradas pela atividade da exploração petrolífera, inibindo o seu crescimento, tanto na produção quanto no aprimoramento técnico e na infraestrutura da qual necessitam para seu franco desenvolvimento.

Esta atual crise da economia do petróleo, que se impôs de forma brusca, antecipou a necessária procura por alternativas que possam novamente empregar pessoas, gerar negócios e renda.

O claro discernimento da importância da agricultura, da pecuária leiteira e da pesca como setores que empregam e geram renda para os trabalhadores e suas famílias, motiva nossa Administração a prestar atenção devida, com programas e projetos pertinentes, buscando resgatar o tempo perdido e a dignidade dos que labutam nestes setores da produção primária.

A pesca é uma cadeia produtiva que gera negócios diversos e emprega, em diferentes seguimentos desta cadeia de valor, parcela significativa da população do município. Fortalecer essa cadeia produtiva inclui o reconhecimento da importância de cada uma destas atividades para a geração de renda às famílias envolvidas e à economia do município de Macaé.

As atividades se estendem à construção, reforma e manutenção de barcos; a fabricação de redes e equipamentos de segurança; as oficinas de motores e lojas especializadas no fornecimento dos materiais

e insumos; a complexa e deficiente área de ancoragem dos barcos; a atividade da pesca em si e as atividade pós-pesca com o beneficiamento, processamento e venda do pescado.

Em toda a cadeia, portanto, há uma gama diversificada de oportunidades de geração de renda às famílias envolvidas, aos pescadores e empresários do setor, às quais a Administração do Município dará atenção especial para fomentar e incrementar essas oportunidades de geração de renda e estabilidade dentro da economia.

Este nosso compromisso irá acontecer com total integração com o setor pesqueiro, que é muito mais amplo, portanto, daquilo que é apenas visível ao consumidor quando se abastece deste alimento no Mercado municipal de peixes.

A revitalização destes setores da produção primária é um imperativo para a retomada do desenvolvimento de Macaé e a Administração Municipal não pode ficar omissa como vem sendo praticado. Mesmo que suplantadas pelo petróleo, ainda preservam sua identidade. Iremos tomar atitudes concretas e firmes para retomar essas cadeias produtivas que, apesar do esforço heroico dos que nelas permaneceram trabalhando, foram abandonadas à sua própria sorte e deixadas à deriva neste ciclo do petróleo

Neste sentido iremos construir Políticas Públicas duradouras e consistentes destinadas ao fortalecimento da base produtiva, reconhecendo na agricultura, na pecuária leiteira, na pesca, no comércio e no empreendedorismo nato dos moradores deste município, as oportunidades diversificadas que estes seguimentos da economia podem proporcionar aos cidadãos.

A expansão dos mercados de consumo para produtos orgânicos é uma realidade na economia global. O Brasil segue este mesmo ritmo, com um crescimento anual de 20% para a demanda de alimentos orgânicos, naturais e agroecológicos e temos proximidade geográfica com um grande mercado, que é constituído da própria população urbana de Macaé e, principalmente a da cidade do Rio de Janeiro e Região Metropolitana.

As áreas dedicadas à agricultura no espaço rural do município, com a tradição da produção calcada na agricultura familiar e, mais recentemente, reforçada por novos seguimentos também familiares, localizados em assentamentos da reforma agrária, representa um enorme estoque de oportunidades para a agricultura orgânica, além daquela praticada tradicionalmente.

A pecuária leiteira, uma tradição de mais de sessenta anos em Macaé, mantém seus espaços de produção e necessita de aportes de tecnologia e logística, tanto no campo como na industrialização feita pela Cooperativa de produtores, a COAPEM. A Cooperativa - a primeira indústria instalada no município - organiza o destino da produção leiteira local, agregando valor ao leite através do seu processamento industrial, o qual gera uma diversidade de produtos lácteos destinados a alimentação.

Novas cadeias produtivas, além do petróleo, incluem tecnologias inovadoras e que estão disponíveis para serem acessadas, internalizadas nos jovens desde a escola e nos seus primeiros passos como indivíduos produtivos. Mas também acessíveis ao produtor rural, ao pescador e aos empreendedores de negócios urbanos.

Tecnologias com base sustentável, inovadoras e acessíveis através da agroindústria e processamento, agregam novos valores aos produtos primários da agricultura e da pesca, multiplicando as oportunidades de geração de trabalho, empregos e renda.

A dinamização produtiva e econômica do espaço rural de Macaé, onde se inserem as iniciativas das pessoas com seus negócios voltados ao turismo, juntamente com os atributos que a natureza exuberante disponibiliza, proporcionam no seu conjunto, componentes valiosos para o estabelecimento definitivo do turismo de alto desempenho na região, abrindo ainda mais o leque de oportunidades em negócios e serviços.

3. A Economia Criativa e Empreendedorismo.

Da mesma forma que os demais setores da socioeconomia, o poder criativo nas diversas expressões culturais e artísticas, sejam elas individuais ou coletivas, constitui a essência e o fermento desta vertente do desenvolvimento que é a Economia Criativa. A cultura, como um insumo para o desenvolvimento, se constitui num bem imaterial e intangível, diferentemente dos bens materiais e consequentemente tangíveis. Assim, este capital nunca se esgota e, pelo contrário, sempre se vê aumentado, enriquecido e multiplicado.

Os variados seguimentos do micro empreendedorismo e os novos e promissores Negócios Sociais, também se constituem em oportunidades a serem mais intensamente elucidadas e consolidadas.

Contudo, a crise no seguimento líder da economia local fragiliza igualmente esses outros setores que movem a sociedade local. Nesta hora, portanto, o apoio do Município é fundamental para que esses seguimentos menos capitalizados e menos dotados de infraestrutura passem a agregar uma nova cadeia de valor aos produtos que possam gerar.

O empreendedorismo é uma característica do brasileiro se mostra com grande potencial em Macaé. Teremos uma equipe de trabalho focada em programas e projetos que se traduzam em esforços concentrados para tornar essa capacidade empreendedora da população em oportunidades de geração de renda e satisfação pessoal.

A Economia Criativa, onde o Empreendedorismo inovador se insere como elemento estruturante, deverá ser apoiada e inserida concretamente nesta retomada do desenvolvimento que se quer para Macaé.

4. O Turismo

O Turismo se destaca cada vez mais como atividade de suporte econômico para o desenvolvimento. O turismo de Negócios, do qual Macaé se valeu como um componente bastante destacado na economia local, atualmente sofre o revés do desaquecimento da economia do petróleo em nossa cidade. Outras modalidades de turismo tem seu potencial ainda adormecido, apesar das diversas oportunidades que nosso território oferece.

A existência de recursos ambientais exuberantes e também histórico-culturais no município é uma evidência clara, porém a sua presença por si só não garante a qualidade do turismo e atração de turistas quando não são reconhecidos internamente como fatores relevantes e necessários de atenção.

Neste sentido, quando se tem potencial turístico e os demais setores da economia se encontram em crise e desaquecidos de investimentos, recorrer ao turismo não é apenas uma alternativa para a revitalização do desenvolvimento, mas uma oportunidade real e verdadeira. Inserir-lo com profissionalismo e competência em Macaé se constitui em uma das formas para dinamizar a economia e ao mesmo tempo valorizar as potencialidades histórico-culturais e ambientais. Organizar a cadeia produtiva do Turismo, através de um Plano Municipal para o setor, traz consigo um forte sentido, também, de inserir comportamentos para preservar a plenitude dos recursos naturais e culturais.

Vários aspectos desafiam a gestão sustentável do turismo. Aqui em Macaé, por motivos diversos, esse desafio precisa ser superado, com profissionalismo e dedicação capazes de colocar esta atividade, de forma plena, no contexto econômico e social local. E assim vamos fazê-lo.

5. Comércio e Serviços

O setor de serviços exerce uma importante representação para a economia brasileira e Macaé tem desenvolvido várias atividades neste sentido e que precisam ser fortalecidas, já que são agregadoras de capital, com amplo lastro para gerar empregos e renda para as famílias.

Por um lado, temos em Macaé frentes de serviços que receberam investimentos significativos, como a rede de comércio, os serviços profissionais e especializados, e ainda os serviços de massa que não dependem de especialização, mas carecem igualmente de formação no nível requerido.

Por outro lado, se o setor de serviços se apresenta como uma alternativa de mercado de trabalho, é também necessário ter preparação para atuar nele, por meio de aperfeiçoamento contínuo e adaptação às características do setor. Nesse aspecto, Macaé detém diversas instituições capacitadas a suprir essas demandas em aprimoramento, aportar novas tecnologias, conhecimentos diversificados e compatíveis com as exigências de novos mercados.

6. A Universidade como parceira indispensável

A Prefeitura dedicou esforços reconhecidamente valiosos em gestões anteriores para atrair Universidades ao Município. A concretização daquelas metas elevaram as oportunidades de formação profissional e acadêmica de estudantes, jovens com origem na população local e regional. Ao mesmo tempo, a Universidade trouxe seu aporte acadêmico, técnico e científico, além de fixar aqui profissionais com elevada e consistente formação em diversos campos do conhecimento.

Este capital intelectual, somado às estruturas de laboratórios e práticas acadêmicas, é reconhecido por nós como elemento essencial para o que nossa Administração Pública almeja e define como

redesenvolvimento para Macaé. Com este entendimento, em nossa Administração faremos intensa essa integração Prefeitura/População/Universidade, consolidando uma trajetória inovadora neste campo, entendendo sua plenitude como apoio indispensável a um desenvolvimento com sustentabilidade.

A Prefeitura, por sua vez, possui estruturas e mecanismos dedicados a apoiar a busca por empregos e a fomentar atividades, tanto para o indivíduo microempreendedor como para empreendimentos produtivos que possam, a partir deles, gerar mais oportunidades e aumentar a empregabilidade.

Como exemplo, citamos o FUMDEC – Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social – que, entretanto, precisa ser gerido com atuação ética, focada em seus objetivos e cumprindo metas dentro dos princípios a que se propôs quando criado.

Também, o Instituto Macaé de Ciência e Tecnologia - IMCT, que deverá ser reestruturado para cumprir com maior propriedade sua missão e propósitos iniciais, quando da Criação do Instituto Macaé de Metrologia e Tecnologia – IMMT, se constituindo em elemento estratégico de integração entre as universidades, centros tecnológicos e de ensino com a indústria e comércio ampliando a atuação do órgão para uma dimensão integrativa com o que propomos para o redesenvolvimento de Macaé.

Possui ainda, em sua estrutura administrativa, a Agência de Trabalho, Educação Profissional e Renda, com atribuições amplas nesta área de fomento o desenvolvimento do cidadão. Tais estruturas deverão apresentar sinergia entre si e integração absoluta com as demais estruturas da Administração para que possam apresentar contribuições efetivas ao desenvolvimento social.

Buscaremos as Universidades para uma intensa programação conjunta, trazendo as suas estruturas de laboratórios, as suas metodologias de integração com as comunidades, o corpo docente e os alunos em formação nos seus diversos cursos de graduação e pós-graduação, para interagirem com a realidade prática da população e dos seus espaços de vivência, e de necessidades para um desenvolvimento local inovador.

• O componente Humano do Desenvolvimento

O entendimento que iremos levar para o conjunto da Administração Municipal é o de que as pessoas são tanto os meios quanto os fins do desenvolvimento econômico. Importa, portanto, que esse desenvolvimento se construa em função das pessoas e possa melhorar a vida de todos os cidadãos, indistintamente. Por ser isso necessário e verdadeiro em todos os sentidos, é que trataremos a retomada do desenvolvimento com a persistente busca por um redesenvolvimento para Macaé, com a Municipalidade influenciando dentro de suas atribuições na requalificação desta trajetória.

O componente humano deste novo desenvolvimento é a referência principal. Ter as pessoas como centralidade gera compromissos verdadeiros para o desenvolvimento com sustentabilidade.

Há muitos aspectos a serem corrigidos quando se reconhece nos cidadãos, desde ao nascer até a sua plena maturidade, os verdadeiros usuários da cidade e dos demais espaços do território municipal. Sejam esses espaços o local para a moradia, para o livre ir e vir, para o lazer, para o trabalho, para o estudo e para a convivência harmônica em comunidade. Isso requer um novo significado para a cidade, para a infraestrutura que ela disponibiliza e para os serviços públicos que são ofertados.

Esse nosso compromisso está alicerçado em todos os demais eixos de nosso Plano de Governo.

• O componente Social do Desenvolvimento

A sociedade, quando num ambiente democrático, procura se organizar para transformar os impulsos de crescimento econômico em desenvolvimento social, ambientalmente equilibrado e sustentável ao longo do tempo futuro, com melhores níveis de qualidade de vida para todos.

Em Macaé, as bases do desenvolvimento têm deixado lacunas a serem preenchidas para que esse modelo se torne uma realidade permanente para as pessoas que aqui vivem. É preciso construir um novo cenário que favoreça o conjunto da população.

O componente social do desenvolvimento inclui uma economia com a totalidade das pessoas participando dela, com dignidade e oportunidade reais para a melhoria dos indicadores de qualidade de vida. Isto requer cidadãos incluídos e mais atuantes no cenário socioeconômico. Não se pode pensar o contrário quando se quer caminhar na direção que leva ao equilíbrio destes indicadores sociais, tão díspares em nosso município.

Para que todos se sintam participantes, as vozes de todos devem ser ouvidas. Neste sentido, as organizações formais representativas da sociedade civil são canais que expressam as demandas com

mais agilidade e comprometimento e são porta-vozes para esta nova ordem no ambiente socioeconômico.

Este novo tempo pressupõe a atuação revigorada dos diversos Conselhos Municipais; das Associações de Moradores; das Associações de Classe; dos Sindicatos; das Ong's e, ainda, reconhecendo a importância da mais recente forma de expressão que emana da força jovem de uma sociedade mais criativa, que são os Coletivos, os quais se organizam não necessariamente por seguimentos dentro do corpo social, mas também através da transversalidade e da impessoalidade.

Reconhecer que a sociedade atual se coloca desta forma, requerendo um protagonismo atuante e não passivo, é apenas demonstrar coerência com os avanços que a sociedade como um todo vem se impondo a si mesma, construindo um novo e irreversível patamar.

Nosso compromisso, como Prefeito e como cidadão, é o de colocar a Administração Pública de Macaé ao lado e junto desta nova ordem social, garantindo a atuação da totalidade da Administração Municipal em compromissos para um desenvolvimento inclusivo, participativo e com foco nas pessoas que aqui vivem.

• O Componente Cultural e Histórico

A história que envolve Macaé repercute sua cultura, que se vê materializada em diversas manifestações relevantes, tanto em bens físicos quanto em expressões imateriais.

Ao legado da história se juntam expressões contemporâneas que mantêm a tradição, recriam e inovam este componente tão essencial para a identidade de Macaé. Neste contexto, a dedicação de pessoas e instituições locais tem se constituído no combustível que revigora e intensifica a diversidade cultural em nosso município. Reconhecer esta dedicação, fortalecer esses vínculos e dotar o seguimento cultural de condições operacionais para sua plena expressão, é uma necessidade e deve constituir compromisso permanente do Poder Público Municipal, uma vez que fundamentam valores sociais tão importantes para a identidade de Macaé.

Quando se propõem mecanismos para reencontrar a identidade que se esvazia com a crise econômica, cultura e história são referência e motivação. Com este olhar, as pessoas e instituições que se dedicam às diversas expressões das artes e que fundamentam a cultura local, são parte integrante dos esforços a serem dedicados pela Administração municipal na busca de um novo desenvolvimento para Macaé.

• O componente Científico-Tecnológico

O fator tecnológico impacta nas relações sociais, os modos de vida e, principalmente, os meios de produção, moldando de forma direta e indiretamente a qualidade de vida da população. Qualquer sociedade quer seja em nível global ou local, deve necessariamente desenvolver um modelo consistente para permitir o surgimento de ambientes favoráveis aos processos de desenvolvimento e inovações tecnológicas.

Assim, seguindo com as melhores práticas e tendência de centros desenvolvidos, Macaé deve alinhar-se com movimentos e instituições que agreguem valor tecnológico e científico aos processos do desenvolvimento.

Nesta perspectiva, a nossa Gestão Municipal irá reforçar o papel do IMCT nas atividades de metrologia, da certificação da conformidade de produtos e processos e da inovação tecnológica, inseridos no contexto do reconhecimento das regras adotadas pelo comércio nacional e do comércio exterior. Essas, por sua vez, se configuram como agentes essenciais de interação com a capacidade instalada e com a expertise das universidades e demais instituições, aqui localizadas, provendo o setor produtivo de condições básicas para que produza suas inovações para que mantenha este parque operacional competitivo junto à indústria do petróleo, assim como para o desenvolvimento de novos arranjos produtivos no contexto local.

Essa será uma ação que dependerá de forte interação com as associações representantes do comércio, empresas e indústria do município, do estado e do governo federal, além de se buscar relações com organizações internacionais.

Sob esta perspectiva, se constitui numa das ações primordiais da futura gestão pública municipal, para o componente científico-tecnológico do desenvolvimento, recuperar o planejamento estratégico do antigo Instituto Macaé de Metrologia e Tecnologia – IMMT (atual IMCT), para que seja cumprida sua visão de futuro capaz de induzir e suportar demandas por novas frentes de negócios – *spin off* tecnológicos –, em especial para as seguintes áreas: da engenharia biomédica, biotecnologia, desenvolvimento de agroindústria, indústria farmacêutica e alimentícia, entre outras.

O avanço dessa iniciativa servirá de base para o desenvolvimento de um parque científico e tecnológico consistente do ponto de vista sustentável economicamente, em restrita consonância com os Setores Econômicos, com a geração, inclusive, das ditas tecnologias e produtos com sustentabilidade ambiental, além de promover avanços para o controle da qualidade em diversas áreas de atuação do município, principalmente na área da saúde e ambiente.

Essa ação estratégica promoverá o ambiente favorável para a instalação de novas empresas e a readaptação de empresas, de diversos portes, já instaladas no município de forma gradativa, consistindo na diminuição da dependência quase que exclusiva da indústria do petróleo, permitindo aproveitar toda a experiência profissional e conhecimento técnico dos diversos profissionais que se encontram disponíveis em função da crise do Setor Petróleo e Gás Natural.

Ainda, aproveitando-se dessa ambiência peculiar ao município de Macaé, o processo de integração com as Instituições de Ensino Superior deve ser ampliado, para o qual propomos a criação de um Fórum Permanente com a finalidade de se estabelecer um amplo programa de estudos, projetos e ações que visam consolidar alternativas paralelas ao arranjo produtivo da indústria do petróleo.

• O componente Ambiental

Definimos metas para nossa Gestão capazes de estruturar um novo modelo de desenvolvimento para Macaé, onde a centralidade são as pessoas que aqui vivem. Ousamos propor caminhos que levem a um redesenvolvimento de nosso município, tanto para a cidade como para os espaços rurais tão abandonados e, ao mesmo tempo, tão essenciais para a qualidade de vida urbana.

O Componente Ambiental para este novo desenvolvimento que se deseja para Macaé requer a plena compreensão de sua importância, mas também de sua fragilidade e vulnerabilidade quando exposto aos impactos que o crescimento econômico e populacional provoca de forma implacável. Não haverá qualidade de vida tanto para as pessoas que aqui vivem quanto para os visitantes se as estruturas e processos de produção estiverem voltados unicamente ao crescimento econômico.

Nesse contexto, o histórico da ocupação intensiva de áreas para a produção agrícola e pecuária, a construção de estradas, a remoção de terra em encostas, a expansão de núcleos de adensamento urbano, dentre outras formas de intervenção, têm provocado ao longo do tempo o desmatamento e supressão da vegetação em locais que requerem a preservação permanente desta cobertura vegetal. Como uma das consequências, a erosão persistente tem deslocado volumes imensos de terra para os cursos d'água, em prejuízo dos corpos hídricos em toda a Bacia Hidrográfica do Rio Macaé e afluentes, comprometendo a disponibilidade e segurança hídrica. Esta evidência requer medidas consistentes para sua reversão.

Não é possível alcançar níveis de produtividade no ambiente rural se os solos continuarem degradados e os recursos hídricos não estiverem plenos em suas potencialidades para servirem de insumos para a produção e criação de valor nos produtos destinados à alimentação.

Não é possível gerar economia na pesca se os cardumes diminuem e as espécies de peixes desaparecem do seu habitat.

Não se pode ter o rio Macaé, a Lagoa de Imboassica e o mar como locais de lazer se a qualidade das águas continuarem impactadas com a deposição sem controle de dejetos, lixo, efluentes contaminados e esgotos domésticos.

Não se pode fazer do turismo um elemento estruturante deste novo desenvolvimento se os atrativos cênicos e naturais não apresentarem a qualidade necessária a atrair fluxo turístico.

Assim, o desenvolvimento que Macaé passará a perseguir inclui uma visão transformadora, apoiada na diversidade de buscas e soluções para a construção simultânea e coletiva das sustentabilidades ambiental, social, econômica, política e ética.

Com essa perspectiva, a Educação Ambiental deverá ser intensificada e se constituir em uma força auxiliar de formação e de práticas educativas multi e interdisciplinares. Esta amplitude inclui, tanto o Sistema Municipal de Ensino como vem sendo praticado quanto, e ainda com maior ênfase e sinergia intersetorial, a população adulta e todos os seguimentos organizados da sociedade, dos setores produtivos, de serviços, culturais e acadêmicos.

Daremos centralidade a um modelo de desenvolvimento já percebido em grande escala pela sociedade global, sendo ele necessariamente compromissado com a sustentabilidade dos ecossistemas e com a preservação da biodiversidade.

Não basta expressar apenas o respeito ao meio ambiente, mas sim aderir a verdadeiros pactos de solidariedade e compromissos sem subterfúgios quanto a preservar e garantir a qualidade ambiental para os ecossistemas e para a biodiversidade.

Iremos, em nossa Administração, construir atitudes que levem a um novo desenho para o desenvolvimento porque trazemos como referência para dentro da Administração os valores dos recursos naturais, assim como a compreensão de sua real contribuição, não somente para o crescimento econômico, mas para o que se quer como desenvolvimento socioambiental com sustentabilidade.

PROPOSTAS PARA UMA ECONOMIA REVIGORADA

1. Atrair ao município, através de **incentivos fiscais e segurança tributária**, o estabelecimento de novas empresas nos ramos de serviços e indústrias com perfil de baixo impacto ambiental e capaz de promoverem uma maior integração produtiva da população.
2. **Estabelecer uma Agenda Positiva** com o setor Empresarial, colocando a Secretaria Municipal de Fazenda voltada com prioridade para o atendimento das demandas deste setor;
3. **Consolidar o Código Tributário** para restabelecer a segurança jurídica aos empresários já estabelecidos e aos novos empreendimentos que vierem a se estabelecer em Macaé.
4. Implantar a **Secretaria de Fazenda Móvel**, objetivando facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços e atendimentos de rotina.
5. Estabelecer mecanismos para estimular a atração e a retenção de investimentos em setores de alta tecnologia e de empresas geradoras de empregos com valor agregado ao contingente de profissionais disponíveis no mercado local, com esta formação.
6. Restabelecer as funções do Fundo **Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social (FUNDEC)**, como estrutura agregadora de novas frentes de oportunidades, apoiando de forma acessível e transparente as atividades tradicionais e o empreendedorismo dedicado aos micro e pequenos negócios em atividades produtivas.
7. **Estimular o fortalecimento de atividades tradicionais**, baseada em alternativas tecnológicas de base sustentável;
8. Reconhecer a legitimidade da **Economia Solidária, da Economia Criativa e da recuperação das economias tradicionais**, como mecanismos igualmente importantes de desenvolvimento para novas cadeias produtivas locais.
9. **Recuperar a missão e finalidade do antigo Instituto Macaé de Metrologia e Tecnologia (atual IMCT)** para recompor sua atuação junto ao setor empresarial e comercial, sua interação com as universidades e com os diversos órgãos da estrutura municipal, estadual e federal, com objetivo promover a garantia da qualidade nos serviços públicos, em especial na área da saúde, assim como a competitividade dos setores econômicos e aumentar a atratividade de novos negócios, reforçando na prática o trinômio que se estabelece hoje em nível mundial dos países mais desenvolvidos: Metrologia, Qualidade e Tecnologia. Dessa forma, será promovida a transferência de terreno da Prefeitura para que o antigo IMMT constitua sede própria e cumpra sua importante missão institucional.
10. **Estabelecer uma nova lógica das atividades culturais** no município, visando auxiliar na profissionalização das diversas iniciativas locais existentes, tais como o carnaval e os demais eventos festivos, valorizando as iniciativas de artistas, artesãos e pequenos produtores rurais macaenses, para que se produzam ações sociais permanentes e sustentáveis, com devida integração com as ações do setor de turismo, contribuindo, assim, também para a diversificação econômica e cultural do município.
11. **Buscar junto à Petrobras entendimentos para estabelecer um fórum permanente de planejamento cooperativo**, com objetivo de promover ações estratégicas para minimizar, no futuro, os impactos da redução natural dos processos de exploração do petróleo e gás natural oriundos da Bacia de Campos, permitindo melhor direcionamento da programação financeira dos investimentos públicos, assim como os ajustes que se fizerem necessários ao Plano Diretor do Município de Macaé, em especial com a visão de futuro após o ano de 2025, período no qual a maioria dos contratos de concessão dos campos produtores estarão se encerrando.

PROPOSTAS PARA A PRODUÇÃO RURAL E PESCA

Para o Setor Pesqueiro

1. **Reativar o Conselho Municipal da Pesca**, atualmente não operante, com políticas públicas como a implantação do Fundo Municipal Integrado da Pesca, com o objetivo de fomentar a Cadeia Produtiva da Pesca, estimulando a participação efetiva de todos os seguimentos do setor (Associação de Pescadores; Colônia de Pesca e o Poder Público).
2. **Criar o Fundo Municipal Integrado da Pesca**, vinculado ao Conselho Municipal da Pesca com receitas originadas das operações do mercado e do cais de atracação e outras operações demandadas por barcos que utilizam esta estrutura.
3. **Estabelecer a rotina para o monitoramento estatístico pesqueiro**, por grupos de espécies e volume de pescado. Esta informação estatística é instrumento necessário para o reposicionamento desta atividade no cenário econômico.
4. Implantar medidas que visem **fortalecer as atividades de Construção/reforma de Embarcações**, e demais equipamentos de pesca, nos conceitos do CIPAR (Centro Integrado da Pesca Artesanal) do governo federal, identificando um Arranjo Produtivo Local (APL) para o setor pesqueiro em Macaé.
5. **Adequar a infraestrutura para o desembarque do pescado** dando condições para o atracamento das embarcações, atenção aos requisitos sanitários para o pescado e fornecendo condições dignas para o trabalhador da pesca. A mesma área abriga atividades de suporte das atividades *offshore*, potencial geradora de recursos ao Fundo Municipal da Pesca.
6. **Inserir a Colônia de Pescadores e a Associação dos Pescadores nas políticas públicas** de atenção aos demais Conselhos e Associações existentes no município.
7. **Apoiar através de crédito e outros suportes estruturais e de gestão**, empreendimentos de pequeno, médio e grande porte, para beneficiamento de pescado como mecanismos de geração de trabalho e renda, agregação de valor e escoamento local da produção.
8. **Criar estrutura dedicada ao treinamento, capacitação e aprimoramento técnico em processamento de pescados**, garantindo qualidade ao produto para mercados externos, incluindo a Certificação Estadual (CIE) e Federal (CIF).
9. Liderar os procedimentos para desenvolver junto aos órgãos competentes e com a participação da representação dos pescadores um **Plano de Ordenamento Pesqueiro e um Plano de Gestão Costeira e Oceânica** visando à sustentabilidade ambiental da atividade pesqueira e a organização do uso do território marinho.
10. **Adequar as estruturas de apoio e segurança** à navegação.
11. **Integrar a região do Pontal no circuito gastronômico**, priorizando a culinária com base no pescado, com participação efetiva dos pescadores. Tal estrutura abrigará festivais gastronômicos com base nas diversas espécies que compõe o calendário de pesca.
12. **Integrar a cadeia produtiva da pesca** ao desenvolvimento das **atividades turísticas** que serão fortalecidas através do Plano Municipal de Turismo.
13. **Consolidar as Políticas Públicas para a Pesca existentes** no município e implementar as novas proposições aqui expostas.

Para o Setor Agrícola

1. **Requalificar a Feira de Produtores Rurais**, realizada aos sábados no centro da cidade, devolvendo-a integralmente aos produtores familiares de Macaé. Esta atitude requer a fiscalização e orientação quanto à origem e sanidade dos produtos, com o impedimento da comercialização de produtos com origem nas CEASAS do Rio e de Vitória, atualmente uma prática que descaracterizou este local de comercialização e fortalecimento da agricultura familiar de Macaé.
2. **Repor o apoio em transporte de produtos aos Feirantes** cadastrados e reconhecidamente produtores em áreas agrícolas do município de Macaé.
3. **Expandir os locais de Feiras**, com ênfase na criação de espaços para Produtos Orgânicos certificados.
4. Instituir Grupo de Trabalho Permanente para promover a **Certificação de Produtos Orgânicos**, com base na aplicação das oportunidades oferecidas pela legislação federal e estadual pertinente. Esta medida visa dotar o município de mecanismo capaz de estimular os produtores à prática agroecológica e atender o crescente consumo destes produtos alimentícios saudáveis.
5. **Dotar a Secretaria de Agroeconomia** de condições técnicas e operacionais para apoio permanente e acompanhamento das Feiras de Produtores da Agricultura Familiar, inclusive com o fornecimento de técnicas acessíveis em design de produtos e embalagens, visando qualificar embalagens e formatos de comercialização de acordo com padrões de exigência dos consumidores.
6. **Fornecer apoio técnico e operacional**, disponibilizando a patrulha agrícola e assistência técnica para ajustes tecnológicos, a todas as regiões e produtores da agricultura familiar, indistintamente e nas épocas adequadas ao manejo do solo, plantio e colheita.

7. **Dotar o FUMDEC** - Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de linha de crédito específica para a agricultura familiar, visando expandir as áreas de cultivo dotadas de irrigação automatizada e para o estabelecimento de pequenas agroindústrias de uso comunitário. Este mecanismo visa garantir o fornecimento de produtos ao longo de todo o ano e, ao mesmo tempo o seu beneficiamento para agregação de valor ao produto primário.
8. **Difundir junto aos consumidores urbanos**, através de campanhas educativas para a prática da alimentação saudável, dos benefícios do consumo dos produtos oriundos da agricultura familiar, livre de agrotóxicos e agroquímicos.
9. **Ampliar o convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ/Campus Macaé**, especialmente com a Faculdade de Nutrição, de Farmácia e de Biologia, com objetivo específico de integrar o seu corpo de professores e alunos com os produtores rurais da agricultura familiar, visando interagir em demandas comuns e identificadas como relevantes para ambas as partes.
10. **Integrar a Política Ambiental do município com o setor produtivo rural**, com o intuito de preservar e recuperar os espaços territoriais protegidos pela legislação, incentivando a gestão integrada do patrimônio natural, além de estruturar e fomentar políticas públicas para **implantação do Pagamento por Serviços Ambientais – PSA**.
11. **Cumprir integralmente com a legislação** quanto à aquisição de alimentos da agricultura familiar destinada à **Merenda Escolar**, mediante um calendário de aquisições que garanta aos produtores a sua programação de plantio e colheita e, assim, evitando perdas zonais.
12. **Expandir a aquisição de alimentos** produzidos pela agricultura familiar para atendimento das necessidades dos dois estabelecimentos do **Restaurante Popular**.
13. Apoiar, com treinamento especializado e recursos financiados pelo FUMDEC, o estabelecimento de equipamentos que caracterizem a **Pequena Agroindústria Familiar**, favorecendo o processamento e beneficiamento, o acondicionamento adequado ao cumprimento de normas de sanitárias, proporcionando possibilidades de agregação de valor aos produtos a serem comercializados nas feiras de produtores e na **Feira da Agroindústria Familiar**.

Para o Setor Pecuário:

1. Estabelecer negociações, com base no interesse público, entre o município e a **Cooperativa de Produtores de Leite de Macaé (COAPEM)**, visando a realocação de sua indústria de processamento de leite, atualmente localizada no centro urbano, para uma área compatível com esta atividade.
2. **Reconhecer a importância** da indústria de processamento de leite como um **arranjo produtivo local (APL)**, no conjunto da economia para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do município. Esta atividade é indispensável para a continuidade e fortalecimento da atividade pecuária leiteira em Macaé.
3. **Apoiar a Cooperativa e produtores individualmente**, no estabelecimento de um Sistema de Produção de Leite, com a interveniência da Secretaria de Agroecologia e FUMDEC, através de apoio técnico, financeiro e gerencial ao seguimento produtor de leite, com vistas a introduzir novas e mais produtivas técnicas de manejo do rebanho, das pastagens, de suplementos forrageiros e volumosos, assim como nos equipamentos e procedimentos com o leite durante e após a ordenha.
4. **Estabelecer convênio com a Cooperativa de Produtores de Leite – COAPEM**, com o objetivo de alcançar metas conjuntas para o incremento da produção com base tecnológica de baixo impacto, incluindo um zoneamento agroecológico das propriedades rurais dedicada à produção leiteira.

PROPOSTA PARA A ECONOMIA CRIATIVA E EMPREENDEDORISMO

1. Estabelecer um **Plano Municipal para o Empreendedorismo e Economia Criativa**, tendo como centralidade a identificação de competências em pessoas, em grupo de pessoas e em iniciativas empreendedoras com potencial de desenvolvimento, geração de renda e empregabilidade.
2. **Estabelecer**, com base nos conteúdos do Plano Municipal para o Empreendedorismo e Economia Criativa, **um calendário** de palestras, seminários e workshops com temas inerentes à economia criativa, sustentabilidade e desenvolvimento local.
3. **Estimular os jovens** a conhecerem e a se integrarem aos movimentos dedicados à economia criativa e empreendedorismo, à partir de vivências na Escola, na sua comunidade com apoio da Associação de Moradores e da Universidade, tendo o Plano Municipal como referência e base de apoio às iniciativas das instituições mencionadas.
4. **Definir metas anuais** para o desempenho do FUMDEC neste campo do desenvolvimento.

PROPOSTAS PARA O TURISMO

1. **Consolidar uma Política Municipal de Turismo.**
Faremos de imediato após assumirmos a Administração, a convocação para a Elaboração do Plano Municipal de Turismo, como medida prática e integrativa dos vários setores envolvidos com este seguimento da socioeconomia. Com aprovação pelo Conselho Municipal de Turismo, o Plano Municipal para o setor estará alinhado com as demais políticas nacionais para este setor.
2. O Plano Municipal de Turismo irá **fomentar grupos independentes e multisetoriais de estudos** para normatizar e estabelecer padrões de qualidade focados nesta atividade econômica. Esta prática visará agregar os setores atuantes nas áreas de Serviços dedicados ao Turismo, para atrair com intensidade; receber bem; acolher bem, transportar com qualidade; alojar com segurança e conforto; alimentar com criatividade e sabores da comida local; e cultivar relações de fortalecimento com a gama diversificada de turistas.
3. **Produzir estudos qualificados na área ambiental** que possam gerar informação técnica sobre padrões de uso e suporte de carga antrópica nas áreas com relevante interesse turístico, em especial da Região Serrana, Parque Municipal do Atalaia e o Parque Nacional de Jurubatiba e Arquipélago de Santana;
4. **Criar e difundir informação turística** sobre os atrativos existentes no município de Macaé, disponibilizando conteúdo, mapas e demais informações pertinentes ao pleno desempenho da comunicação com o turista.
5. **Integrar a política ambiental do município** com as iniciativas e práticas decorrentes dos Programas do setor de Turismo, garantindo sustentabilidade ambiental aos espaços, à sua biodiversidade e beleza cênica.
6. **Dedicar recursos do município**, financeiros e operacionais, visando requalificar espaços com valor Histórico-culturais e com infraestrutura naqueles com atração turística derivada dos atributos da natureza.

PROPOSTAS PARA O SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

1. Elaborar e promover, em articulação com a ACIM, CDL, representantes locais do Sistema FIRJAN e demais organizações correlatas a definição e a implementação de **medidas de simplificação, desburocratização e desregulamentação** das atividades de comércio e de serviço, visando o desestímulo a informalidade e ampliando as possibilidades de fortalecimento do setor.
2. **Criar uma agenda de treinamento e reciclagem de conhecimentos e práticas**, visando sempre à consolidação de um desenvolvimento local e criando, desta forma, condições sociais e econômicas para a geração e a atração de novas frentes de serviços, dentro da perspectiva de uma economia aberta.
3. **Implantar Programa prioritário com famílias que possuam mulheres trabalhadoras** como chefes de família, através de ações sócio-educativas e orientações consistentes sobre oportunidades de emprego e de micro empreendimentos, refletindo soluções para as dificuldades que enfrentam.
4. **Desburocratizar processos** para facilitar a criação de negócios e empreendedorismos criando um Sistema Integrado de Licenciamento.
5. **Estimular o desenvolvimento de programas de qualificação profissional** que dialoguem com a vocação econômica da cidade e com os novos setores que se pretende atrair em sinergia com o setor petróleo.
6. **Garantir, nas compras municipais**, critérios que estimulem o suprimento através de fornecedores locais.

PROPOSTAS PARA O COMPONENTE AMBIENTAL

1. **Rever e atualizar o Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos (Lei nº 3852/2012)**
A lei que criou este instrumento de gestão prevê que, de dois em dois anos, seja feita sua revisão e atualização pela Prefeitura. Isto não foi feito nos últimos quatro anos, ou seja, desde sua criação e implantação. A dinâmica de crescimento da cidade requer esta atualização e, ainda mais, pelo fato da lei vigente não atender todas as determinações da legislação federal e por não conter instrumentos previstos na Política Nacional de Resíduos Sólidos que favorecem o Município naqueles instrumentos de gestão previstos na Lei Federal.
2. **Elaborar e implementar Planos Setoriais de Gerenciamento de Resíduos**, bem como fiscalizar sua plena execução, visando cumprir com o que determina a legislação federal e o

Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos de 2012, e ainda não elaborados, como; Para os resíduos da atividade da pesca e mercado de peixe; Para a totalidade das estruturas que operacionalizam os seguimentos de saúde (PGRSS); Para a Logística Reversa de eletroeletrônicos e demais descartáveis que constam dos Acordos Setoriais, conforme prevê a Lei Nacional de Resíduos Sólidos;

3. **Definir procedimentos** operacionais de rotina para executar o que determina o Decreto nº 26, de 31 de janeiro de 2012, que regulamenta a separação de resíduos sólidos recicláveis descartados pelos órgãos da Administração Pública municipal.
4. **Reavaliar o planejamento existente e os procedimentos em curso para o sistema de coleta e de tratamento de esgotos** e estabelecer, com base em estudos técnicos, as prioridades de curto, médio e longo prazo, considerando a totalidade do perímetro urbano, inclusive dos núcleos de adensamento populacional no espaço rural.
5. **Consolidar e tornar público um Plano Municipal de Saneamento**, explicitando com clareza à população a aplicação dos recursos públicos destinados a este serviço público.
6. **Incluir tecnologias alternativas e de baixo custo** nos processos de saneamento ambiental e recuperação da qualidade ambiental dos mananciais.
7. **Recuperar padrões de excelência naqueles serviços de saneamento básico que são prestados diretamente pela Prefeitura**, relacionados ao atendimento emergencial ao cidadão e em bairros e localidades menos favorecidos e não atendidas pela Concessionária Odebrecht, empresa concessionária deste serviço;
8. **Prestar atendimento igualitário** à população e às diversas regiões no perímetro urbano, sem discriminação, requerendo, para tal, o replanejamento de prioridades para o saneamento.
9. **Reestruturar o sistema de licenciamento e controle ambiental** para buscar maior integração entre setores do governo responsáveis em todas as instâncias desta Política Pública, modernizando os procedimentos e fortalecendo o Sistema Municipal de Licenciamento. Isso requer o equacionamento dos procedimentos e a integração dos setores nas diversas Secretarias que o executam.
10. Implantar análise e aprovação simultânea e unificada, integrando, de fato, o licenciamento ambiental e urbanístico, construindo em todos os casos pertinentes **o Estudo de Impacto de Vizinhança** e tornando-os públicos, para dar agilidade e visibilidade às análises e conteúdos desses documentos.
11. Oferecer **capacitação e reciclagem permanente** de conhecimentos ao corpo técnico existente.
12. Apoderar o Conselho Municipal de Meio Ambiente (**COMMADS**) das decisões para aplicação dos recursos auferidos pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente;
13. Promover a revisão da Lei e demais instrumentos que regem o Fundo Municipal de Meio ambiente e fazendo seus recursos serem totalmente aplicados em demandas dos ecossistemas do território municipal e em Educação Ambiental, identificados através de estudos técnicos e científicos, bem como pelo COMMADS e aprovadas pelo mesmo.
14. Estabelecer **uma governança segura para os recursos hídricos**, adotando para tal as orientações emanadas de estudos técnicos e científicos desenvolvidos pelo NUPEM/UFRJ relacionados aos ecossistemas locais, acrescidos das práticas de recuperação ambiental e de estudos correlatos disponíveis e desenvolvidos na Bacia Hidrográfica do rio Macaé.
15. Promover a revisão da Lei que cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente, bem como de seu regimento interno, com vistas a estabelecer a plena democratização do mesmo para que atinja seus objetivos com mais acerto.
16. Instalar o fisicamente o COMMADS junto aos demais Conselhos de Políticas Públicas, visando sua integração para o exercício pleno de suas funções.
17. **Implantar uma Política Municipal de Educação Ambiental**, estabelecendo um Programa permanente e que dê conta de atender a todas as faixas etárias, no âmbito da Educação Formal e com igual ênfase como educação não formal e com abrangência a todas as faixas etárias da população, que abranja seguimentos sociais que possam se ver engajados como: O setor empresarial; O setor do Comércio; Os Condomínios; As Igrejas; As Associações de Moradores; A Comunidade de Pescadores; Os Feirantes; Os Clubes Esportivos; A Administração Municipal em todas as suas estruturas e junto à totalidade de seus funcionários.
18. **Instrumentalizar** a Secretaria Municipal do Ambiente com recursos técnicos e operacionais tornando-a eficaz no cumprimento da Lei municipal 3.284/09, que dispõe sobre o **controle da emissão de ruídos e poluição sonora** no município de Macaé.
19. Estabelecer um planejamento destinado a promover um adequado e permanente gerenciamento da arborização e áreas verdes do perímetro urbano, elevando os **espaços verdes à condição de matéria prima do urbanismo**.
20. Estabelecer ações permanentes de atenção às **Unidades de Conservação municipais**, fortalecendo sua governança dentro dos princípios que motivaram sua criação.
21. Buscar entendimentos com as instituições de Ciência e Tecnologia que desenvolvem atividades permanentes de pesquisa no Parque Nacional Restinga de Jurubatiba e nos demais ecossistemas existentes no município de Macaé, relacionados à biodiversidade e governança de recursos hídricos, de modo a potencializar o estabelecimento de parcerias, visando a inserção das ações do município neste campo e garantindo, assim, o suporte destes instituições aos

esforços para a sustentabilidade ao desenvolvimento, com especial atenção ao Plano Municipal de Turismo.

PROPOSTAS PARA O COMPONENTE CULTURAL E HISTÓRICO

1. **Festival do Choro:** Estimular e apoiar o meio cultural artístico-musical, gastronômico, hoteleiro e demais serviços conexos, a construir uma agenda cultural relacionada ao gênero musical **CHORO** (Chorinho), objetivando a realização de evento anual, do tipo festival, tendo como referência o músico Benedito Lacerda. Justificamos esta proposta com base em quatro vertentes do desenvolvimento sustentável que estamos buscando: a) A primeira, **cultural e histórica**, que conta com a origem local de Benedito Lacerda, macaense de nascimento e formação musical e, também, por ser reconhecido e imortalizado como um “Chorão” de primeira linha no cenário musical brasileiro, através de sua trajetória profissional como músico ao lado de Pixinguinha e de arranjos e composições próprias. b) A segunda, de **caráter socioeconômico**, com a criação de um Festival do Choro a cidade passara a ter, e consolidar, um evento de porte nacional, capaz de criar sinergia positiva em diversos seguimentos da economia local (rede hoteleira; rede de gastronomia; comércio e serviços; produções artísticas; transportes, entre outros). c) A terceira, criando oportunidades de **revitalização da Rua Benedito Lacerda**, redimensionando sua vocação como polo de atração para uma rede de gastronomia e lazer com base no gênero musical. d) A quarta, com a criação de um elemento aglutinante de atividades culturais que atingem a toda população, **devolvendo alegria e graça ao convívio urbano, com identidade própria e raízes históricas do município**.
2. **Criar espaços de cultura**, nas diversas regiões do município, valorizando os grupos de artistas e artesãos locais.
3. Apoiar e incentivar a realização de um **Festival de Tradições Culturais Brasileiras** utilizando espaços e infraestrutura municipal, como o Centro de Convenções, o Parque de Exposições e ainda, o Parque da Cidade. Um evento com esta motivação visa integrar, difundir e enriquecer a sociedade local e regional, com conteúdo de tradições culturais diversas, ao mesmo tempo em que estes equipamentos urbanos aumentam sua disponibilidade e uso pela população.
4. **Integrar a região do Pontal no circuito gastronômico**, priorizando a culinária com base no pescado, com participação efetiva dos pescadores e fazendo deste um componente revitalizador da socioeconomia urbana e, ainda, um componente de atração turística. Tal estrutura abrigará festivais gastronômicos com base nas diversas espécies que compõe o calendário anual de pesca.
5. **Dotar o Centro Cultural** de meios que o tornem **referência na disseminação de políticas culturais**, nas diversas formas de expressão artística e cultural, reconhecendo talentos e valorizando sua atuação no cenário das artes em Macaé.
6. **Manter os festivais, eventos culturais e artísticos existentes** e configurar uma centralidade aos mesmos como de relevante importância para este novo momento de Macaé. Isto requer a discussão de aportes de recursos, a criação de fundos específicos e outras formas requeridas pelos movimentos artísticos e culturais da cidade

2. INFRAESTRUTURA

DIRETRIZES DO EIXO

A infraestrutura da cidade de Macaé, resultante do que foi construído ao longo do tempo e de sua história, se apresenta deficitária em determinados componentes destinados a suportar todas as necessidades que o crescimento de sua economia e de sua população passou a exigir.

Mesmo contendo aspectos privilegiados quanto à infraestrutura para mobilidade de pessoas e cargas, como a possibilidade de abrigar portos marítimos e fluviais, uma ferrovia, rodovias e aeroporto, estes componentes da infraestrutura se apresentam deficitários tanto na sua capacidade de suporte como na sua função de suprir demandas urbanas atuais.

Esta infraestrutura, por outro lado, além de deficitária para a prestação dos serviços a que se destina, também interfere na estética da cidade e nos serviços que oferece, refletindo com prejuízos e impactos negativos na sua qualidade como espaço urbano. Nesse aspecto, é necessário compreender que a

população não mais aceita a cidade como foco e local de problemas, já que melhorias na infraestrutura do espaço urbano é parte integrante de suas buscas e conquistas para sua qualidade de vida.

Nada mais coerente uma vez que a grande maioria das pessoas tem a cidade como local onde vive e permanece durante a maior parte de sua existência.

Com este entendimento, a Administração Pública deve aplicar esforços de gestão para a melhor aplicação possível do dinheiro público e dos demais recursos que possa arregimentar, seja através de parcerias com o Estado e com a União, seja com investidores, formalizando PPP's com empresas.

Da mesma forma, tais recursos devem ser aplicados para eliminar as diferenças de qualidade nas condições urbanas entre bairros, zonas e regiões, visando tratamento igualitário a todos os cidadãos.

No espaço rural do município, guardando-se as proporcionalidades, os núcleos com adensamento urbano como aqueles todos existentes na região Serrana, sem exceção, da mesma forma se apresentam com necessidades desta ordem.

Nesse sentido, a resolução ou atenuação desses conflitos exige a implementação de apropriadas medidas derivadas do planejamento urbanístico e comprometidas com a preservação do ambiente natural, físico e cultural, de modo a assegurar o bem estar da coletividade.

A cidade convive precariamente há muitos anos com uma Estação Rodoviária Intermunicipal construída e mantida pelo Estado, através do DETRO. Seu tamanho, estrutura e localização foram adequados para uma cidade com 50.000 habitantes, a qual se mostra deficitária e extremamente imprópria nas condições atuais quando a cidade possui 220.000 habitantes e, ainda, suportando fluxos intensos de passageiros intermunicipais, com demandas de carga/dia muito além do previsto quando de sua construção.

Na atualidade, Estações Rodoviárias Intermunicipais são empresas complexas e com produtos e serviços diversificados, que vão além da função de embarque/desembarque de passageiros em trânsito intermunicipal. Vistas desta forma podem ser consideradas empresas multi serviços, exigindo espaços e capacidades de carga e de fluxos que, na condição atual de Macaé, se mostram extremamente deficitários, obsoletos, desqualificados e inadequados ao estágio atual de desenvolvimento da cidade. Ainda, tal estrutura e suas operações contendo fluxo intenso de ônibus intermunicipais, causam impedimento ao reordenamento urbanístico do centro da cidade, um requisito essencial para a qualidade da mobilidade urbana e para a adequação daquele espaço para o uso público.

Por se tratar a Estação Rodoviária de uma estrutura cuja propriedade e administração pertencem do Estado, iremos reivindicar ao ente estadual responsável (DETRO), **como Medida de Interesse Público Municipal**, sendo ela urgente e irreversível, a sua remoção do centro urbano e realocação para local apropriado à atual e futura realidade da cidade de Macaé. O espaço remanescente

O complexo portuário que atende embarcações pesqueiras representa um gargalo ao pleno desenvolvimento desta atividade econômica. A frota atual de embarcações com esta finalidade e quando somadas àquelas que executam transporte de cargas a partir do Terminal Pesqueiro, somam um quantitativo de 200 a 250 embarcações. Os ancoradouros disponíveis são precários e desprovidos de segurança e de condições razoáveis ao desempenho de suas atividades.

O Porto de Imbetiba, cuja Autoridade Marítima é a Petrobrás, nos últimos anos vinha apresentando deficiência nas operações de atracamento, carga e descarga, fatores logísticos que vinham sendo agravados, ainda mais, pela inexistência de retroárea. Tais fatores levaram diversos empreendedores a elaborarem estudos de viabilidade técnica e operacional para a construção de um novo porto em Macaé, conjuntamente com outras estruturas similares em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, inadequações de projeto e de ordem ambiental, bem como por razões internas do empreendedor líder do consórcio, têm paralisado a continuidade de sua implantação no modal tornado de conhecimento público. Paralelamente a estes fatores determinantes, a redução das atividades da Petrobrás em Macaé, que se impôs de forma abrupta, somou-se aos demais, impondo uma reavaliação dos propósitos iniciais que configuraram o projeto.

PROPOSTAS PARA A MOBILIDADE URBANA

1. O espaço da **Linha Férrea no perímetro Urbano**: Instituir, de imediato, grupo de trabalho técnico especializado em mobilidade urbana, com atribuição específica para definir, em curto prazo, a mais adequada forma de utilização desta via para a mobilidade de pessoas. Serão consideradas, para tal, todas as possibilidades de uso, considerando apenas o interesse municipal, como também o seu potencial para integração intermunicipal.
O estudo deverá conter a inserção e/ou integração de outros modais de transporte de massa, com vistas a dotar a cidade de uma definitiva solução para a mobilidade urbana de pessoas, uma vez que esta faixa de terreno, por transpassar e dividir o núcleo urbano de ponta a ponta,

representa, nas condições atuais, um entrave físico e urbanístico ao desenvolvimento em condições igualitárias e sustentáveis à cidade e à sua população.

2. Implantar, juntamente com o Centro de Controle Operacional do Transporte, o **Sistema de Controle de Tráfego por Área (CAT)**, com imediata aquisição de equipamento simulador de trânsito. Esta medida visa dotar o município de um Sistema capaz, não somente de melhorar o desempenho do tráfego atual, como também de projetar os progressivos e inevitáveis aumentos de veículos em circulação, por área, favorecendo seus fluxos.
3. Dar continuidade ao **planejamento logístico que concebe uso efetivo dos Arcos Viários** (Santa Tereza; Rodovia Norte-Sul/Fazenda Mutum/Linha Verde; Linha Azul/Estrada do Petróleo/Rodovia Amaral Peixoto).
4. Desenvolver estudo logístico e urbanístico com **soluções de fluxo para o Trevo da Linha Verde/Linha Azul/Rodovia do Petróleo**, considerando a carga de 17.000 veículos/dia atualmente existente e sua inevitável expansão em médio prazo.
5. Estimular o Setor empresarial a implantar de um **Centro de Distribuição Logística**, com funções destinadas a reter veículos de grande porte fora do centro urbano, bem como aperfeiçoar a logística e serviços de reposição de mercadorias ao comércio, visando regular a disposição de cargas no centro urbano e, desta forma, aumentar a eficiência de fluxo de veículos de pequeno porte e ônibus urbanos nas vias centrais.
6. Vamos **aplicar rigidamente as condições que regem a concessão dos serviços de transporte público**, garantindo a passagem a custo popular e, ao mesmo tempo, visando favorecer o cidadão usuário quanto ao uso de linhas que beneficiem sua mobilidade com menor tempo de percurso. Da mesma forma, rever o procedimento licitatório deste serviço, resguardando o interesse público.
7. Iremos **determinar à SEMURB para que adote medidas visando racionalizar o transporte coletivo** em bairros e localidades periféricas, garantido qualidade no transporte público em todas as regiões do perímetro urbano. Na prática, o processo de racionalização visa garantir transporte, diminuindo o tempo dedicado pelo passageiro em seu deslocamento, o que deverá considerar a integração de linhas existentes, inclusive com transporte alternativo regulamentado.
8. Criar, com base técnica em mobilidade urbana, um **Sistema Ciclo-viário**, com a implantação de novos e essenciais trechos de ciclovias em quantidade e distâncias compatíveis para sua funcionalidade como modal de transporte. Este Sistema, visando sua eficácia, inclui a construção e operação de bicicletários seguros e integrados ao modal de transporte de massa, junto aos terminais e em pontos estratégicos de embarque/desembarque de passageiros.
9. **Requalificar os terminais de ônibus e dotar a totalidade dos pontos de parada** com abrigos que garantam conforto e segurança aos usuários do transporte público.
10. Implantar, em parceria com o Estado e com os recursos de uma PPP, um **novo Terminal Rodoviário Intermunicipal (Estação Rodoviária)**, em local que se mostre urbanisticamente adequado ao tempo atual e futuro da cidade de Macaé. A atual localização no centro urbano se constitui em um dos maiores entraves físicos e urbanísticos, em prejuízo frontal a melhorias na logística de mobilidade urbana.
11. **Definir estratégias urbanísticas para requalificar e ampliar os espaços de pedestres**, principalmente calçadas e praças, tornando-os seguros e acessíveis.
12. **Requalificação e manutenção permanente das Estradas rurais.**
As Estradas rurais são essenciais para integrar o perímetro rural com o urbano. São necessárias para darem suporte às atividades econômicas desenvolvidas por agricultores e pecuaristas, pelo comércio em núcleos rurais e para a mobilidade segura dos habitantes e turistas. Estas vias serão objeto de requalificação e permanente manutenção, para o que iremos adotar e aplicar técnicas de engenharia próprias para estradas rurais e vicinais, fazendo o município progredir nesta prática, melhorando os fatores que atuam na serventia do pavimento, como a capacidade de suporte, a segurança e o conforto. Estas estruturas de mobilidade apresentam defeitos que devem ser corrigidos para que sua manutenção seja facilitada, como: a) Seção transversal imprópria; b) drenagem inadequada; c) corrugações; d) excesso de poeira; e) buracos; e) trilha de roda; f) perda de agregados.

• Portos

1. Instrumentalizar o ente municipal para o exercício de suas funções fiscais e fazendárias, em conformidade com os preceitos legais pertinentes, junto às operações de transporte, carga e descarga no cais de atracação de barcos junto ao Mercado Público Municipal.
2. O projeto do novo porto marítimo com previsão de implantação na região do Barreto, diante dos diversos fatores conjunturais, socioeconômicos e ambientais surgidos durante os estudos e trâmites legais para aprovação de licenças pertinentes e, ainda, diante do novo cenário do setor petróleo, deverá ser objeto de revisão e adequações tanto de ordem técnica, socioeconômica e ambiental, devendo ser acompanhada por especialistas na área de gestão ambiental, gestão

- urbanística de seu entorno e gestão social, considerando sua complexidade e o interesse público.
3. Ainda, diante da reconfiguração do cenário de desenvolvimento local e regional face ao desaquecimento da economia do petróleo, a retomada deste projeto deverá contemplar estudos integrados a um plano de desenvolvimento econômico, social e ambiental, resguardando os interesses locais.

- **Aeroporto**

O Aeroporto de Macaé se destaca por atender as demandas da atividade *offshore* bem como o transporte de passageiros. Possui um dos mais importantes heliportos do Brasil além de ter forte vocação para o transporte de cargas e de passageiros. É gerenciado pela Infraero e, apesar de estar passando por reformas estruturais importantes como o aumento do terminal de passageiros, estacionamento de veículos e adequações do prédio da administração, sua pista e infraestrutura de controle não atende às demandas já existentes. Em 2015, a única Companhia Aérea que atendia o transporte de passageiros deixou de operar por falta de requisitos estruturais mínimos principalmente relacionados à capacidade de suporte da pista.

O país ultimamente tem adotado, como política de Estado, a criação de Parcerias Público Privadas para a gestão de Portos e Aeroportos desonerando o orçamento público de investimentos neste setor e otimizando os serviços.

É evidente a importância deste aeroporto para Macaé e região no atendimento da população e do segmento da cadeia produtiva do petróleo. Para tanto, dada as características do setor em termos de necessidades de alto investimento, alta capacidade técnica e tecnológica, e alta eficiência, há necessidade premente da parceria do setor público com o setor privado.

Em termos de ações concretas, nosso governo irá (a) realizar estudos de viabilidade técnica, econômica e socioambiental para (b) pleitear junto aos órgãos federais competentes a outorga da gestão ao município e (c) posteriormente licitar a concessão de operação com investimentos em infraestrutura à iniciativa privada dentro dos preceitos legais de uma PPP (Parceria Público Privada). Avançando, a meta definitiva será a (d) integração das modalidades de transporte (marítimo, rodoviário e aeroviário) num arranjo logístico intermodal (e) alfandegado.

- **Macaé Digital**

As ferramentas proporcionadas pela informática, com base na Internet repercutem o dia-a-dia das pessoas, moldando os novos comportamentos e atitudes, muito além das necessidades das empresas e dos serviços. Macaé possui uma extensa rede de fibra ótica – 20 km aproximadamente - construída com recursos do município em gestões anteriores, a qual se encontra absolutamente ignorada pela atual gestão, ociosa e sem uso, representando perdas inestimáveis no campo da informação a toda população no meio urbano.

Iremos resgatar essa estrutura, com investimentos inteligentes e de baixo custo, levando o sinal de internet gratuito a diversos locais públicos da cidade, para uso livre, espontâneo e funcionando como oportunidade democrática para a inclusão massiva da população. As Escolas do município, em sua grande maioria, não estão atendidas com sinal de internet, o que será sanado. Com este investimento, eliminaremos o distanciamento de nossos estudantes das oportunidades e meios de aprendizado hoje tornados essenciais para sua formação.

3. EDUCAÇÃO

- **A estrutura física e operacional do ambiente escolar.**

São por demais evidentes as deficiências e inadequações da grande maioria das estruturas físicas das escolas em nosso município. Esta situação afeta o desempenho nos diversos campos do Sistema Municipal de Ensino, seja nas condições de trabalho ofertadas aos professores como na dinâmica de aprendizado dos alunos que, na sua diversidade, são a razão do existir do Sistema Educacional.

Esta condição de precariedade é manifestada reiteradamente pelos profissionais da Rede, principalmente por aqueles comprometidos com novos e atuais significados para a prática pedagógica em todos os níveis, no município.

- **A comunidade escolar.**

Adicionalmente às precárias condições físicas das escolas, têm naturalmente ocorrido, ano após ano, um aumento significativo da população escolar proporcionando, além de maior quantidade, o ingresso de uma maior diversidade de alunos nas escolas.

Da mesma forma, muito devido a essa deficiência estrutural, mas também por questões relacionadas às opções gerenciais da Secretaria de Educação relacionados aos demais suportes operacionais aos profissionais do ensino, o Sistema Educacional em curso segue oferecendo aos estudantes respostas homogêneas num contexto de diversidades na sociedade atual, o que não mais satisfaz às diferentes necessidades do alunado.

Este contexto tem se refletido em níveis baixos de resposta aos esforços do corpo docente, como em altos índices de reprovação e evasão escolar, situação que afeta em maior medida aos estudantes que convivem com situações de risco e de vulnerabilidade.

Ressaltamos também, entre outras razões, a compreensão de que a formação de educadores e gestores, sendo um processo permanente e que se dá no cotidiano escolar, precisa ser alimentada com subsídios teórico-conceituais que permitam aos nossos profissionais da educação a ressignificação de sua atuação como educador e formador, ou seja, a adoção de novos e atuais significados para a formulação das políticas de ensino e para a prática pedagógica, em todos os níveis. Nessa direção, faremos convênio específico com as Universidades locais, criando oportunidades para o contínuo aprimoramento e formação do nosso corpo docente.

- **Escola Inclusiva**

Esta nova e urgente reconfiguração para o Sistema de Ensino no município está ancorada em princípios já consolidado nos meios acadêmicos e formuladores das Políticas para a Educação, no âmbito da Política Nacional para o ensino. Tais princípios trazem à luz, por sua vez, a compreensão de que **inclusão** é um movimento mais amplo e de natureza diferente ao da **integração** de alunos com deficiência ou de outros alunos com necessidades educacionais especiais. Na integração, o foco de atenção tem sido transformar a educação especial para apoiar a integração de alunos com deficiência na escola comum. Na inclusão, porém, o centro da atenção é transformar a educação comum para eliminar as barreiras que limitam a aprendizagem e participação de numerosos alunos e alunas.

- **A sequência da atenção escolar no período pós-ensino fundamental.**

Quando um olhar crítico se dirige para todo o período de formação escolar de nossa população jovem e se estende para o período imediato após a conclusão do ciclo fundamental, ou seja, após a conclusão do 9º período, se apresenta a eles, de imediato, outra vertente deficitária no Ensino Médio. As vagas disponíveis são insuficientes para atender toda a quantidade de jovens que demandam por esta formação em escolas públicas estaduais.

Mesmo não sendo esta uma atribuição do Município e sim do Estado, o problema da insuficiência de vagas e o abandono das escolas pelo Estado afetam e interferem negativamente na formação deste novo cidadão de Macaé, atingindo principalmente aqueles que demandam por ensino público.

Há que se progredir em parcerias com o Estado, o qual, pela atribuição que lhe confere a Constituição Federal neste campo de responsabilidades públicas, não pode se eximir desta responsabilidade em prejuízo flagrante com este direito fundamental desta parcela da população.

- **Fazer de Macaé um Município para as crianças, colocando a Primeira Infância na Agenda Municipal.**

Outra vertente que reforça nossa percepção para a implantação de um Sistema Educacional Inclusivo é que ele seja universalizado para todas as etapas da vida da criança, o que inclui atenção desde o nascer de cada criança. Isso requer que, tanto o Prefeito quanto todo o Secretariado, coloquemos, como prioridade, as crianças no centro da roda.

Nosso município deve se alinhar, de imediato, às Políticas Públicas para a Primeira Infância, emanadas da esfera Federal.

Isso significa elaborar e aderir, sem reservas, a um **Plano Municipal pela Primeira Infância**, como recomenda o MEC e já é realidade em mais de 350 municípios brasileiros.

Esse Plano deverá abarcar todos os direitos da criança (saúde, alimentação e nutrição, educação, lazer, brincar, cultura, meio ambiente saudável, convivência familiar e comunitária, proteção contra qualquer forma de violência, uma cidade acessível para as mães com seus filhos em idade de colo e amamentação, entre outros).

Para os especialistas em Primeira Infância, o argumento mais importante é o do **direito da criança**. Ela, desde ao nascer, é pessoa, sujeito de direito e tem, por definição constitucional (art. 227 da Constituição Federal), prioridade absoluta. Isso inclui os dois primeiros anos de vida e não somente aqueles a partir da idade de dois e até aos seis, quando a creche passa a recebê-la e incluí-la no Sistema Municipal de Ensino. Exatamente porque esse ciclo da vida (e no caso do art. 227 da CF, se prolongando até 18 anos) se constitui na base e alicerce de tudo o que a pessoa será, poderá ser ou não poderá ser e fazer, caso tenha sofrido carências de estímulos ambientais, do meio físico e do meio social.

O Plano Municipal pela Primeira Infância deverá ser elaborado num processo colaborativo entre o governo e a sociedade, com ampla participação dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas e consultas a população. Esse processo, em si, já é uma construção coletiva do olhar holístico em relação a criança: Vê-la na sua integralidade de pessoa.

Cada uma das secretarias, sem exceção, estará engajadas na operacionalidade e sustentabilidade deste Plano, com a sociedade trazendo o seu olhar e percepções e, juntos, formaremos uma concepção abrangente da atenção integral à Primeira Infância.

Temos que superar, no nosso município como muitos já o fizeram, a cultura da fragmentação da criança: um pedaço para cada setor da gestão municipal.

Estas são razões que fundamentam nossas propostas para a Educação Municipal.

PROPOSTAS PARA O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1. Transformar o Sistema Educacional em um Sistema Educacional Inclusivo.

O que definimos nesta proposta está fundamentado tanto na necessária evolução do Sistema, considerando a inclusão de novos Planos, Programas e Projetos alinhados com a Política Nacional de Educação, na progressiva adoção da Escola Integral, na requalificação das estruturas físicas dos prédios escolares, como na constatação da falta de sinergia entre as diversas Secretarias que, por dever de ofício, têm atribuições e responsabilidades de apoio à Rede de Ensino, uma sinergia que não foi construída como prática de gestão. Faremos essa construção, deixando isso como um legado e acabando com a fragmentação da Administração Pública.

Essa determinação irá envolver compromissos amplos da Administração do Município. Compromissos não somente dos gestores e dos profissionais da educação, mas também daquelas Secretarias que são responsáveis em atender aspectos correlatos, como pela Infraestrutura, Fazenda, Serviços Públicos, Mobilidade, pela Segurança, Meio Ambiente, Segurança alimentar, Trabalho e renda, pela Cultura, entre outras áreas da gestão.

Nossa Administração irá aplicar esforços permanentes no desenvolvimento de métodos e na aplicação de práticas com olhares que se entrecruzam e que se redirecionem ao encontro de uma escola que acolha a todos e proporcione a todos os estudantes os mesmos padrões de qualidade que se pretende quando a meta é um Sistema Educacional Inclusivo, independentemente da localização em que estiver a unidade escolar.

2. Requalificar a infraestrutura dedicada à educação.

As razões para uma requalificação da infraestrutura das escolas estão expostas nas diretrizes deste Eixo estratégico e contam com a progressiva disponibilização de prédios próprios e construídos com os requisitos necessários para o desempenho da educação e formação do alunado.

Escolas em prédios construídos para o referido fim permitem alojar todas as atividades previstas pelo Sistema Educacional, o que inclui proporcionar plenas condições para o ato de brincar, elemento tão necessário para a formação das crianças e adolescentes quanto ocupar uma estante na sala de aula.

Adotaremos, progressivamente, o modelo que Darcy Ribeiro preconizou e que Leonel Brizola implantou, o qual vem sendo aprimorado constantemente e que tem como base o tempo integral de atenção ao aluno.

Construiremos, para atingir qualidade nas estruturas físicas das escolas e em seus diversos ambientes, **uma Fábrica de Escolas**, a exemplo do que vem sendo feito na capital do Estado do Rio, que tem como base, preceitos construtivos de modularidade, racionalidade, pré-fabricação, segurança, sustentabilidade, ergonomia, economia, conforto térmico, acústico e eficiência energética com emprego de materiais sustentáveis. As estruturas das unidades são de um sistema construtivo mais ágil, compostas por elementos pré-fabricados que garantem a sustentabilidade e rapidez na construção.

As escolas, neste modelo, permitirão a extensão do turno escolar para sete a nove horas de permanência do aluno no ambiente escolar.

3. Serviços de manutenção, reformas e adequação de prédios escolares.

Entendemos que estas operações não cabem ao corpo docente que compõe a rede. Estes, desde o Secretário, professores e corpo auxiliar de ensino devem dedicar-se com absoluta atenção aos seus compromissos de educadores e formadores de novas gerações de cidadãos. Realizar reformas e a manutenção preventiva será tarefa das demais secretarias com essas atribuições práticas, às quais terão uma agenda de tarefas diante de um calendário a ser cumprido. Essa atitude visa tornar estas operações mais eficazes, com diminuição de custos e com o propósito, também, de desonerar o corpo docente de preocupações que não sejam aquelas com os conteúdos para o alunado, para a reciclagem de conhecimentos e métodos praticados no campo da educação, pelos professores e auxiliares.

4. O aprimoramento e reciclagem do corpo docente:

Cuidar da formação docente é um dos pilares para o desenvolvimento da educação. Macaé tem o substrato necessário para avançar no aprimoramento e reciclagem do corpo docente: a presença de Faculdades e Universidades com competência na formação dos educadores. Objetivamente, em nosso Sistema Municipal de Ensino há necessidade de um diagnóstico das necessidades pedagógicas, estímulos à capacitação, inclusão destas atividades na carga horária docente e oferta de condições de trabalho adequadas à prática pedagógica. A prática docente está adormecida no tempo, desconectada do contexto real e local, desprovida de técnicas e tecnologias adequadas, centrada no professor e não no aluno, passiva, enfim, desestimulante para o profissional da educação e para o aluno. Atualização de conteúdos e da prática pedagógica, e adequação da infraestrutura e dos materiais disponíveis são ações prementes. Ou mudamos nossa maneira de ensinar ou continuaremos falando com as paredes das salas de aula e como consequência a escola perderá a oportunidade de ser a protagonista das mudanças que a sociedade almeja.

Neste sentido, políticas públicas que favoreçam e priorizem a formação contínua dos professores da rede municipal de ensino serão adotadas em nossa Gestão como uma das medidas prioritárias.

Quanto à expansão das Políticas Públicas para a Primeira Infância:

1. Colocar a primeira infância na agenda municipal.

Essa determinação é um compromisso a ser assumido, de imediato, por mim na função de Prefeito e por todos os Secretários das diversas pastas da Administração Municipal, a de trazermos as crianças para o centro da roda, ou seja, para a agenda municipal diária.

2. Elaborar e Implementar o Plano Municipal pela Primeira Infância.

Isto requer a participação de toda a sociedade, e assim será feito. O processo participativo contará com a chancela do governo municipal, com a efetiva participação e contribuição de todos os Conselhos Municipais de Políticas Públicas, das organizações da sociedade civil e dos setores empresarial e comercial.

O Plano deverá considerar e incluir todos os direitos da criança (saúde, alimentação e nutrição, educação, brinquedo, cultura, lazer, meio ambiente saudável, convivência familiar e comunitária, proteção contra qualquer forma de violência, mobilidade, entre outros).

3. Universalizar a pré-escola:

A CF determina que em 2016 todas as crianças de 4 e 5 anos devem estar matriculadas na pré-escola. Cumpriremos com esta determinação e necessidade básica como um direito fundamental da pessoa, fazendo uma busca ativa e permanente das crianças que estejam fora da escola, e cuja família, por qualquer motivo, não toma esta iniciativa.

4. Dar ampla aplicação no município ao Programa Brasil Carinhoso.

Este Programa consta das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), fazendo interagirem ações dos Ministérios de Educação, de Desenvolvimento Social e da Saúde, atendendo crianças de 0 a 5 anos das famílias atendidas pelo Programa federal Bolsa Família. O município recebe um aporte adicional de 50% por matrícula dessas crianças, como uma iniciativa para equiparar o acesso à creche – e, portanto, aos estímulos do desenvolvimento – das crianças com origem nesta faixa de pobreza com as das classes mais favorecidas da população.

5. Realizar cursos de formação/atualização dos professores da creche e da pré-escola.

Criar uma agenda anual para a realização de cursos de formação/atualização dos professores da creche e da pré-escola, com recursos específicos e segundo os métodos mais avançados da pedagogia da infância.

6. Ampliar as Brinquedotecas e disponibilizar materiais didáticos para a primeira infância.

A Secretaria de Educação irá buscar os programas do MEC que apoiam a primeira infância, destinados a potencializar os esforços que o município dedicará, já a partir do próximo ano, para melhorar a qualidade da educação infantil em Macaé.

7. Criar e adequar espaços de lazer e brinquedo para as crianças.

A Municipalidade, com o comprometimento e engajamento das diversas áreas da Administração, irá criar e adequar espaços de lazer e brinquedo para as crianças, principalmente nos bairros e

loais próximos a adensamentos de população e periferia. Praças e pequenos recantos serão requalificados com este olhar, garantindo que sejam seguros, limpos e desafiadores à atividade infantil.

8. **Organizar, garantir e disponibilizar ruas de lazer.**

Como mais uma atitude integrada entre secretarias, a Prefeitura irá organizar e dedicar, nos finais de semana e feriados, ruas de lazer para as famílias com suas crianças e adolescentes. Naqueles períodos dedicados, a rua irá conter espaços especiais para leitura, contação de histórias, dramatizações circenses, estrutura para jogos, brinquedos e outros espaços para sons com instrumentos tradicionais e de materiais reciclados produzidos por artistas locais.

9. **Implantar Salas de Amamentação nas Empresas.**

Esta medida será estimulada junto às Empresas sediadas no Município e serão implantadas em acordo com elas, com apoio da Prefeitura. É uma iniciativa que respalda a continuidade da amamentação. Com estruturas adequadas, as mães colhem o leite, guardam na geladeira e no final do expediente levam para casa para deixar para o bebê tomar no dia seguinte, enquanto trabalham fora.

- **A integração com as Universidades**

A integração das Universidades aqui instaladas, através de seus cursos de licenciatura, cursos tecnológicos e da saúde, os quais já interagem com a sociedade tem sido uma prática, principalmente por conta das demandas próprias dos cursos. Entretanto, entendemos que o potencial de interação e interlocução com a comunidade é enorme e pode, e assim deverá ser, expandido com mais intensidade a partir da manifestação deste desejo do Poder Público Municipal, trazendo benefícios claros a todas as partes.

A Universidade, por sua vez, deseja que os cursos Universitários ganhem territórios de prática e contato dos docentes/pesquisadores e discentes com a realidade de uma Macaé repleta de desafios nas mais diferentes áreas. A comunidade urbana e rural, por sua vez, se aproxima e interage com o universo da produção do conhecimento e se beneficia ou se apropria do resultado produzido.

Nosso papel como poder público é catalisar este processo, fomentando/induzindo/financiando bolsas de estudos e apoiando operacionalmente projetos acadêmicos que sejam desenvolvidos para e com a sociedade macaense, tanto no campo da produção, da empregabilidade, nas práticas de saúde, de alimentação saudável, como e principalmente, dentro do ambiente e do contexto escolar.

4. SAÚDE E BEM ESTAR

DIRETRIZES DO EIXO:

A atenção, o acolhimento e os cuidados com a saúde requerem o pronto atendimento, uma vez que as necessidades do cidadão e de sua família surgem em situações inesperadas e de formas as mais diversas. O outro extremo dos cuidados com a saúde tem sua estrutura na atenção básica com o programa Saúde da Família.

Devido a essa característica, o atendimento à Saúde se constitui em um dos principais serviços ao qual o Gestor Público deve dar atenção e suprir com as melhores condições possíveis, tanto em infraestrutura, em medicamentos e materiais de uso corrente, como em pessoal profissional nas diversas especialidades e serviços de apoio. Da mesma forma, e para dar o devido suporte à atuação desses profissionais, a Administração da Saúde deve criar e manter Programas e rotinas, mantendo a continuidade dos mesmos, sempre com a mesma eficácia e, procurando sempre melhorá-los. Não pode ser diferente.

Em Macaé, a realidade atual não honra com estes princípios básicos que envolvem a qualidade dos serviços em saúde, o atendimento a toda a população e a manutenção da qualidade exigida em Programas essenciais e que estruturam as Políticas Públicas do país em Saúde.

A infraestrutura de Hospitais, Postos e Unidades Básicas de Saúde; Ambulatórios; Centros Especializados de atendimento; Unidades de Pronto Atendimento e PSF's, entre outras estruturas, são Equipamentos Públicos que devem estar devidamente equipados para o atendimento a que estão

destinados. Supri-los com equipamentos e materiais de uso corrente é uma necessidade básica e não deveriam ser objeto de limitações à atuação dos profissionais em suas funções, em prejuízo do cidadão.

A superlotação do HPM é uma realidade em função da precariedade das demais estruturas e serviços que devem funcionar bem, como as funções da Atenção Básica e de estruturas para internações Eletivas, para que se evite a destinação de pacientes ao HPM, o qual é um Hospital para atendimento de Emergências.

Como uma mera referência, e um exemplo dos evidentes problemas conjunturais dos Serviços de Saúde em Macaé, afirmamos com absoluto acerto, a descaracterização do Programa Saúde da Família (PSF).

O Programa Saúde da Família tem como estratégia o trabalho de equipes multiprofissionais lotados em cada um dos PSF's, através de atenção direcionada às famílias e que envolvem ações construtivas de promoção de saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes. Assim, no PSF, o menor nível de atenção é a família como um todo e, portanto a estratégia deve comportar essa capacidade multiprofissional.

Como o Programa focaliza o atendimento na saúde das famílias, está implícito um conjunto de ações intradomiciliares e tem relação com o que acontece em todos os ambientes comunitários da área de abrangência de cada PSF. Isso requer ações conjuntas com demais setores da Administração, visando soluções em relação à presença de vetores transmissores de doenças, da presença de lixo, das necessidades de saneamento ambiental, do controle de ruídos, entre outras funções de responsabilidade da gestão pública.

A realidade atual na Saúde municipal não se mostra eficiente e nem tampouco cumpridora de suas metas e obrigações. As razões da precariedade deste serviço em Macaé são de ordem gerencial, que priorizou opções por um modelo centralizador, conduzindo a população à dependência de uma medicina de ambulatório e de leito de Hospital, sabidamente mais onerosa e mais complexa. Priorizou-se a doença e não a saúde. Este modelo se afasta da Atenção Básica à saúde, onde o Programa Saúde da Família é um dos pilares e se apresenta fragilizado pela sua descaracterização.

Um ponto importante para a recuperação da qualidade deste serviço é o estabelecimento de uma equipe multiprofissional (equipe de Saúde da Família – eSF) composta por, no mínimo: (I) médico generalista, ou especialista em Saúde da Família, ou médico de Família e Comunidade; (II) enfermeiro generalista ou especialista em Saúde da Família; (III) auxiliar ou técnico de enfermagem; e (IV) agentes comunitários de saúde. E, ainda, considerando a precariedade do atendimento público à Saúde Bucal em Macaé, há necessidade de acrescentar a essa composição profissionais desta área como o cirurgião-dentista generalista ou o técnico em Saúde Bucal. Outro aspecto que consideramos essencial é o necessário reordenamento territorial deste serviço de Atenção Básica à Saúde, considerando o adensamento da população em cada bairro, ampliando o número de postos.

Outro elemento que evidencia a descaracterização dos serviços de saúde em Macaé se refere ao atendimento prioritário às crianças. O **Hospital da Criança foi desativado** e os seus serviços transferidos para o Hospital Público Municipal. Esta decisão gerencial da saúde representa um gritante retrocesso, já que força os pacientes crianças, nessa faixa etária vulnerável, ao convívio com os demais pacientes e sua exposição a transmissores de doenças e infecções, num ambiente potencialmente mais denso destes focos.

Em nossa Administração estaremos retomando a qualificação e melhoria da totalidade das frentes de atendimento à população, com substancial atenção à Saúde Básica, com atividades na promoção, prevenção e recuperação em saúde. Isso requer a retomada de Programas abandonados nestes últimos anos e, ao mesmo tempo, garantir programas especiais para a criança, a mulher, e à terceira idade.

PROPOSTAS PARA A SAUDE

1. **Restabelecer as funções do programa Estratégia Saúde da Família (eSF, antigo PSF) em sua plenitude.** Este compromisso exige medidas e ações como: a) Ampliar o número de postos em função do quantitativo de famílias existentes em cada bairro; b) Dotar os postos com as

condições plenas ao trabalho das equipes de profissionais da saúde, bem como de conforto a população atendida; c) Dotar as estruturas dos ESF (antigos PSF) com equipes compostas por profissionais nas categorias previstas pelo Programa do Ministério da Saúde, ou seja, (I) médico generalista, ou especialista em Saúde da Família, ou médico de Família e Comunidade; (II) enfermeiro generalista ou especialista em Saúde da Família; (III) auxiliar ou técnico de enfermagem; e (IV) agentes comunitários de saúde; d) Implantar a rede Odontológica básica dentro das estruturas dos eSF.

2. **Fortalecer a estratégia Saúde da Família**, respeitando a base doutrinária e filosófica do programa e visando uma atuação centrada na valorização da saúde (prevenção).
3. Ampliação dos serviços de saúde no **Hospital de Trapiche**, trabalhando integrado com a Estratégia Saúde da Família.
4. **Ampliar e articular os programas de atenção integral à saúde** da criança e do adolescente, da mulher, do homem, do idoso, do trabalhador, das pessoas com necessidades especiais, do diabético e hipertensão, DST/ AIDS e Saúde Mental.
5. Criar o **Serviço de Mastologia**;
6. Criar um **Centro Municipal de Imagens** para realização de exames (ultra-som, mamografia, etc...), considerando a existência no quadro funcional da Rede Municipal, de médicos e demais profissionais especializados. Esta medida visa melhorar o atendimento ao cidadão, centralizando estes serviços e, ao mesmo tempo, diminuindo os custos operacionais para a municipalidade.
7. Melhorar a gestão para o atendimento a urgência e emergência, com o **retorno hospital da Criança** visando dar as crianças do nosso município o atendimento especializado e humanizado de URGÊNCIA e EMERGÊNCIA.
8. **Criar o Hospital da Mulher**, ampliando o quantitativo de leitos de maternidade e implantando atendimento humanizado a gestante e a criança, com pré Natal, parto e pós-parto. Implantando neste mesmo hospital atendimentos a adolescentes e mulheres realizando exames preventivos e programa da mulher.
9. Estruturar a implantação e implementação da **assistência em planejamento familiar**, para homens e mulheres, adultos, jovens e adolescentes, no âmbito da atenção integral à saúde, respeitando os princípios dos direitos sexuais reprodutivos.
10. **Restabelecer a Rede Farmacêutica Municipal**, garantindo medicamentos e ampliando horários de atendimento.
11. **Criar o Centro Municipal de Fisioterapia** onde tais serviços, uma vez centralizados, possam beneficiar sob todos os aspectos os usuários e, ainda, com melhor relação custo/benefício ao orçamento municipal da Saúde.
12. **Reestruturar os serviços de emergência da Rede (UPA's)**, visando diminuir a sobrecarga que atualmente incide sobre o HPM.
13. **Ampliar os cursos de Residência Médica** em parceria com a UFRJ, favorecendo a formação de um número maior de médicos generalistas e especialistas, para prover o atendimento à população.
14. Estabelecer diálogo com a Universidade Federal (UFRJ), faculdade de Medicina, e com a Irmandade São João Batista, com vistas a estruturar o **Hospital Escola**, em Macaé.
15. Estabelecer Termo de Cooperação com a UFRJ – cursos da área da Saúde - com o objetivo de proporcionar condições operacionais, assim como bolsas de estudo para estudantes neste campo, visando estudar junto à população do município, seus hábitos alimentares, de higiene, de condicionamento físico e outros cuidados básicos e, conjuntamente estimular e auxiliar a municipalidade na disseminação de práticas saudáveis.
16. Garantir a **melhoria e a humanização do atendimento na rede de saúde pública**, assegurando uma postura de atenção e cuidado que responda efetivamente à expectativa da população.
17. Implantar no município um **centro de tratamento** visando espaço para internação, se necessário, **para dependentes químicos** com equipe especializada e ampliando o atendimento do núcleo de saúde mental e CAPS AD inclusive para região serrana.
18. Melhorar a gestão para o atendimento a urgência e emergência, com o **retorno hospital da Criança** visando dar as crianças do nosso município o atendimento especializado e humanizado de URGÊNCIA e EMERGÊNCIA.
19. **Informatizar a rede de atendimento** ambulatorial criando o prontuário eletrônico no município.
20. **Reestruturar o serviço de atendimento** através do telefone **192** municipal, visando acesso pleno ao primeiro socorro emergencial e transporte das pessoas até unidade emergência.
21. Agir na prevenção de epidemias através da reestruturação da **Vigilância sanitária e Centro de Zoonoses**, visando ações preventivas e preditivas.
22. Implantar uma política pública direcionada aos **animais de rua**. Esta ação visa criar condições para o acolhimento, cuidados e procedimentos com os animais que vivem na rua e nos vazios da cidade. Visa, principalmente, a sua redução progressiva através de acolhimento e diminuição de sua reprodução, bem como garantir a redução de focos de doenças e a limpeza urbana. Como Política Pública visa apoiar iniciativas de ONG's que já se ocupam deste trabalho, visando direcionar recursos para o tratamento dos animais; criar um cadastro; construir abrigos para os

animais abandonados; fazer feiras de doação de animais recolhidos e conscientizar a adoção por parte da comunidade.

5. ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIRETRIZES DO EIXO

Políticas Públicas de Assistência Social não podem ser pautadas pelo assistencialismo, favorecimentos de pequenos grupos, sucateamento da infraestrutura e improviso por parte do poder público municipal. Nosso governo deve resgatar as diretrizes e princípios elencados na Constituição Federal que em última análise deverá prover os mínimos sociais através de ações integradas entre o poder público e a sociedade garantindo o atendimento das necessidades básicas para o cidadão. Fornecer infraestrutura básica, fortalecer os espaços de diálogo com a sociedade, capacitar os servidores do setor e principalmente ter um olhar especial para a criança, para o jovem, para a mulher em situação de risco e para o idoso será a tônica de nosso governo.

PROPOSTAS

1. Recuperar as funções originais da **Casa do Idoso**, na Ajuda.
2. Organizar sistema de informações e **banco unificado de dados** sobre violência doméstica, juntamente com as áreas da saúde e da segurança.
3. Promover a **prevenção da violência** contra a mulher, criança e idoso por meio de campanhas socioeducativas e do estímulo à estruturação de redes comunitárias de solidariedade.
4. Criar estrutura municipal e, ao mesmo tempo, estimular organismos do Terceiro Setor, para assistência, abrigo e cuidados junto aos idosos durante o período diurno quando os familiares encontram-se fora de casa trabalhando e estudando.
5. **Revitalizar os instrumentos de Proteção Social** tanto estrutural quanto conceitualmente, para o desempenho de suas funções principais relativas à parcela da população em vulnerabilidade social (CRAS, CREAS, Centro POP, CEMAIA, Pousada da Cidadania e outros aparelhos sociais).
6. Ampliar e **fortalecer as políticas de combate à discriminação** e valorização da diversidade com recorte de gênero, étnico-racial e de diversidade sexual.
7. Oferecer atividades de cultura, esporte e lazer para o público atendido pela Assistência Social, numa perspectiva permanente e integrada com a sociedade e com as políticas públicas de todas as áreas do governo.
8. Trabalhar numa perspectiva de autossuficiência e resgate da cidadania oferecendo condições para o desenvolvimento da ética, da profissionalização e, de cuidados básicos de saúde;
9. Apoiar e contar com a interveniência e parceria do Terceiro Setor, através das diversas Organizações Não Governamentais, muitas delas com trabalhos amplamente reconhecidos e essenciais neste campo da Assistência Social e outras que se apresentem estruturadas para ações de Assistência Social e que trabalhem em consonância com os preceitos previstos na Constituição.

6. HABITAÇÃO

DIRETRIZES DO EIXO

O Governo Municipal sob nossa administração articulará uma política habitacional que contemple recursos próprios do município com os programas e recursos federais voltados à urbanização e produção de habitação de interesse social. Esta política pública prevê o uso intenso e democrático dos instrumentos políticos, jurídicos e administrativos previstos no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor Municipal. A observação a estes instrumentos de gestão facilitará a disponibilização de terras e imóveis para novos equipamentos urbanos e o acesso à habitação de interesse social.

PROPOSTAS

1. Implantar o Programa de Regularização Fundiária, com objetivos de estabelecer diagnósticos e adotar procedimentos urbanísticos, visando garantir a titularidade da moradia.
2. Revisar e atualizar o Plano local de Habitação de Interesse Social local, articulando e adequando o mesmo ao Plano Nacional de Habitação.
3. Produzir um Sistema de Informação Habitacional, incluindo informações sobre assentamentos precários, produção habitacional, fundo de recursos para habitação e outros, subsidiando o diagnóstico habitacional para a revisão do plano local de habitação de interesse social e redemocratizando essas informações para a sociedade.
4. Priorizar recursos próprios para contrapartida com o objetivo de viabilizar novas urbanizações integrais, incluindo produção habitacional necessária, que venham a ser definidas no Orçamento Participativo e no Conselho Municipal de Habitação.
5. Elaborar novas tipologias de projetos de habitação de interesse social que visem orientar o uso de terra disponível, diminuir custos, melhorar a qualidade habitacional e garantir a acessibilidade dos moradores, utilizando conceitos e tecnologias ambientalmente adequadas, inclusive para evitar a descaracterização dos projetos originais.

7. CIDADANIA

DIRETRIZES DO EIXO

Os valores da cidadania devem ser construídos e permanentemente estimulados a servirem de referência para a justiça social.

Alguns destes valores são natos no indivíduo e outros devem ser despertados com a franca abordagem sobre os variados temas que compõem os direitos do cidadão. Sua expansão, e sua internalização na rotina da sociedade, devem, por direito do cidadão, se constituírem em conteúdo de projetos educativos e formadores nos diversos seguimentos da sociedade.

A Administração Municipal estará atenta a este direito básico da cidadania e, neste sentido, atuará desde o primeiro instante pró ativamente em projetos que versem sobre os direitos e deveres do cidadão, temas estes que concretizam a cidadania.

Esses temas devem e serão tratados com naturalidade e fortalecidos nas instituições que representam os seguimentos sociais envolvidos. Serão também, introduzidos no cotidiano das escolas, das instituições, das empresas, dos clubes de lazer, assim como das campanhas educativas, a fim de colocá-los na discussão e nos processos de formação da cultura cívica dos indivíduos e das instituições de nosso município.

- **Ser cidadão de fato**

Exercer a cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia na sociedade local e nacional. No entanto, exercer de fato, a cidadania, não se restringe a perceber a existência de deveres e de direitos civis, políticos e sociais, consolidados na legislação que organiza a sociedade.

No mesmo contexto, ninguém é cidadão sozinho ou apenas para si. Cidadania é participação solidária. É ser cidadão *com* os outros cidadãos. Esta consciência a respeito da democracia e da cidadania tem relação direta com a participação efetiva, consciente e responsável da pessoa que se quer ver como cidadão de fato.

Com esta compreensão, a Administração que vamos exercer tem como centralidade as pessoas que aqui vivem, donde emergem as Políticas Públicas e os Projetos destinados a fortalecer os mecanismos de participação já institucionalizados pela legislação, nos diversos seguimentos da sociedade local.

- **Os Conselhos Municipais em Rede**

A atuação dos Conselhos Municipais, nos diversos seguimentos que representam, faz fluir a participação popular e, como resultado de sua atuação, contribuem para garantir a expressão da democracia.

Percebemos que, na forma atual como estão localizados fisicamente a totalidade dos Conselhos Municipais, com exceção de quatro conselhos alojado em uma casa alugada e com arquitetura imprópria ao exercício pleno de suas funções, a grande maioria dos dezessete Conselhos existentes carecem de estrutura física adequada, o que restringe oportunidades para interagirem entre si, dificultando e até impedindo a integração das Políticas Públicas que definem e do que encaminham como demandas.

A proximidade física dos Conselhos, em uma estrutura dedicada a criar maiores e melhores condições para reuniões, fóruns, seminários, palestras, cursos, entre outras manifestações coletivas, proporcionará a eficácia desejada e aguardada pelos seguimentos que representa.

- **As Associações (de Moradores; de Pescadores; de Produtores Rurais e de Feirantes).**

Os meios legais que dão suporte a uma Associação estão descritos no Código Civil, o que legitima a sua atuação como representante das pessoas que estão associadas a ela perante as autoridades do município. Sejam as pessoas representadas moradores de sua área de abrangência, sejam os trabalhadores da pesca, da agricultura e os feirantes, no caso de Macaé. Este reconhecimento pelo Código Civil legitima a sua atuação, ao mesmo tempo em que requer a obediência ao mesmo, nos aspectos legais.

A funcionalidade e a eficácia de sua atuação, no entanto, dependem da efetiva capacidade de suas diretorias representarem os associados em suas demandas e isto persiste quando há liderança comunitária alicerçada na vontade de se trabalhar em defesa dos interesses difusos e coletivos.

As **Associações de Moradores** dão voz às demandas e expectativas de melhorias nos Bairros, exercendo o papel de mediadoras entre moradores e a Administração Municipal.

Com o reconhecimento da verdadeira representatividade das Associações de Moradores, reconhecemos também que precisam alugar-se e oferecer condições físicas e operacionais para diversas atividades com os moradores a quem representam. Neste sentido, receberão melhorias substanciais em suas sedes para que possam exercer, de fato, o papel de representantes daqueles moradores de Bairros e localidades que representam;

As **Associações de Produtores Rurais** se justificam e se fortalecem quando há objetivo verdadeiro de integrar as ações dos associados em benefício da melhoria do processo produtivo, da comercialização de seus produtos seja na forma individual ou coletiva, e ainda na representação dos moradores da região ou da comunidade rural à qual representam.

A **Associação de Pescadores**, exercendo o mesmo papel de representar seus associados, busca a interface com a Administração Municipal para reivindicar melhorias e suporte às condições operacionais e técnicas para o desempenho desta atividade produtiva tradicional no município e ainda perante à Autoridade Marítima.

As **Associações de Feirantes**, que em duas situações já tradicionais em Macaé, representam, num caso, os Agricultores Familiares na feira de sábado que acontece no Centro e, noutro, os que atuam na Feira da Agroindústria Familiar que ocorre às quintas feiras na Praça Veríssimo de Melo. Ambas exercem, igualmente às demais Associações mencionadas, funções de relevante interesse social junto à seguimentos produtivos tradicionais no município.

Pelas razões de sua existência, a municipalidade, mesmo que reconhecendo a sua total e legítima independência como Organização Social, não pode se omitir quanto a apoios e suporte para o pleno exercício de suas funções dada a sua relevância social.

PROPOSTAS PARA O FORTALECIMENTO DA CIDADANIA

1. Construir a **Casa dos Conselhos**, uma edificação com projeto arquitetônico apropriado e com destinação específica para alojar todos os Conselhos Municipais, sem exceção, em uma mesma estrutura predial dedicada e com localização que atenda os requisitos de acessibilidade.
2. **Instrumentalizar a Casa dos Conselhos** com equipamentos adequados e acesso a internet; apoio a mobilidade, suporte jurídico e administração, centralizados e com capacidade de gerar sinergia entre os diversos conselhos;
3. Criar o **Fórum Interconselhos**, com o objetivo de articulação entre os diversos Conselhos de Políticas Públicas existentes no município, possibilitando integrar demandas e Políticas Públicas.
4. Apoiar, com recursos financeiros e operacionais, a realização de Fóruns, Seminários e outras atividades de caráter educativo e formador da cidadania no âmbito da atuação dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas.
5. Dotar as **Associações**, no mesmo prédio da futura Casa dos Conselhos, de espaço administrativo e com os mesmos recursos operacionais destinados aos Conselhos, com o objetivo de fornecer suporte jurídico e administrativo centralizados, visando igualdade de oportunidades em garantir o cumprimento dos dispositivos do Código Civil e dos seus respectivos Estatutos.
6. **Garantir às Associações de Produtores Rurais e de Feirantes**, o suporte operacional para transporte de produtos da agricultura familiar, local adequado para guarda de tendas/barracas, espaço público urbano nos horários e dias dedicados às respectivas feiras;

7. **Desenvolver estudos sobre potenciais demandas** de novos e diferenciados produtos, além dos já disponibilizados nestas feiras, objetivando a diversificação de oferta e a reprodução deste modelo de comercialização em outros locais de interesse coletivo dentro da cidade.
8. **Apoiar os movimentos sociais engajados na produção e consumo de alimentos saudáveis** (orgânicos, naturais e agroecológicos) para consolidar o estabelecimento de feiras específicas para a comercialização destes produtos
9. **Comprometer os Secretários das pastas afins**, bem como de seus subordinados, quanto a permanente observância e cumprimento das ações destinadas ao suporte da municipalidade às Associações.
10. **Disponibilizar profissional especializado em design de produtos aos feirantes**, objetivando qualificar a forma de apresentação e adequar os mesmos aos requisitos legais quanto à saúde pública e exigências mercadológicas.
11. Abrir **Espaços de Diálogo** aos demais **Coletivos** informais, para compartilhar as propostas emanadas desta inovadora expressão da sociedade, como atividades fundamentadas e emanadas do meio social dinâmico.

8. JUVENTUDE e TERCEIRA IDADE

- **O equilíbrio da experiência e a força do novo**

Homens e mulheres que se encontram na faixa etária convencionada como “terceira idade” trazem a experiência, o equilíbrio emocional e o poder de discernimento que somente a maturidade consolida.

A juventude por sua vez, com suas expectativas e necessidades próprias, são um componente vital e duradouro no contexto social do município. Ambos, idosos e jovens, são muito pouco compreendidos em relação às suas necessidades pessoais e naquelas que lhes fazem componentes do todo social. A modernidade os coloca como igualmente protagonistas e construtores da sociedade, com suas experiências consolidadas e suas expectativas inovadoras.

A experiência, o equilíbrio e o poder de discernimento dos idosos são componentes que devem se expressar com mais intensidade e força no contexto social de Macaé. Este olhar será materializado em ações concretas, sintonizadas e compartilhadas com as expectativas destes dois tão importantes momentos da vida dos cidadãos.

Jovens devem ser PROTAGONISTAS do desenvolvimento local, já que são a própria razão de ser do desenvolvimento humano, social e econômico. Nossa administração terá foco dedicado a tornar a todos jovens, sem distinção, protagonistas do desenvolvimento local, criando condições para que expressem seus talentos e suas potencialidades.

As propostas de ação de nosso governo a estes dois seguimentos sociais estão registradas em todos os campos temáticos deste nosso Plano de Governo, e se somam aos demais compromissos que assumimos como necessários para que Macaé tenha uma nova ordem social em seu desenvolvimento.

9. SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

DIRETRIZES DO EIXO

A qualidade de vida dos munícipes, tanto no ambiente urbano como no espaço rural requer plena segurança e o ordenamento de serviços, nas diretrizes para a Postura e na qualidade do ambiente urbano principalmente, onde vive e circula a grande maioria da população.

Embora a segurança pública seja exercida pelas polícias federais e estaduais, conforme estabelece a Constituição Federal em seu artigo 144, a Prefeitura pode e deve contribuir dentro de seus limites legais de atuação. Para isso, iremos compartilhar responsabilidades na medida dos limites de atuação da municipalidade.

Nesta perspectiva, as políticas de Segurança Pública que iremos adotar têm como objetivo garantir a qualidade de vida e tranquilidade dos cidadãos e cidadãs, buscando a modernização dos equipamentos

de segurança, a valorização dos profissionais e a otimização das condições de trabalho, tendo como metas a prevenção social das diversas formas de violências e na construção de uma cultura de paz.

A Guarda Municipal, com o seu contingente de mais de setecentos agentes concursados e com suas atribuições, representa nossa força organizada para atuar na Ordem Pública e na segurança em apoio às demais estruturas que detêm esta missão, pertencentes ao Estado e a União. Programas e Projetos executados em conjunto reforçam esta parceria.

A Ordem Pública, por sua vez ancorada em legislação municipal específica, é uma condição para que a cidade seja acolhedora e mantenha em suas formas construídas e operacionais, os padrões de qualidade que a população deseja e precisa para possa interagir de forma agradável com a mesma.

PROPOSTAS PARA A ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA

1. **Elaborar um diagnóstico da violência urbana** com objetivo de nortear as ações e as políticas públicas na área.
2. **Valorizar a atuação da Guarda Municipal** como estrutura da Administração Pública em sua missão de atuar no cumprimento de seu dever constitucional e regimental, que é proteger os bens, serviços e instalações pertencentes ao Município.
3. **Capacitar a Guarda Municipal**, dentro de suas atribuições legais, para atuar em atendimentos relativos à violência doméstica e de gênero e para a atuação na mediação de conflitos e gerenciamento de crises, a fim de torná-la um agente social essencial à prevenção da violência.
4. **Formar e treinar a totalidade dos profissionais da Guarda** visando dotá-los de capacidades e qualificações para o comando de funções operacionais e chefias de estruturas dentro da sua estrutura administrativa, técnica e operacional, em conformidade com a Lei 13.022 de 08/agosto/2014.
5. **Promover maior interação** entre o Conselho Municipal de Segurança Pública, a Secretaria de Ordem Pública e as demais Secretarias de apoio operacional, visando maior efetividade em suas ações e demandas conjuntas.
6. **Dar continuidade dos apoios ao Programa de Pacificação** do governo do estado do RJ, executado sob a responsabilidade da PEMERJ.
7. Dotar a Guarda Civil Municipal de **estruturas e equipamentos** adequados às suas funções.
8. Retomar e reforçar **tecnologias de vigilância** em locais públicos de ensino, saúde, assistência social e sedes administrativas do município.
9. Estabelecer mecanismos para **dotar a Guarda de um Banco de Dados**, contendo o mapeamento das tipologias de crimes e violações de direitos.
10. Reafirmar o compromisso de **apoio ao PROEIS**, do Governo Federal.
11. Fazer gestão junto ao governo do estado para restituir o **Destacamento de Policiamento Ostensivo (DPO)** na Região Serrana.
12. Implantar um programa permanente de **monitoramento da qualidade da iluminação pública**, garantindo a progressiva iluminação em todas as ruas da cidade, assim como a substituição de lâmpadas no sistema de iluminação pública municipal, por lâmpadas de maior poder de iluminação em todos os bairros da cidade.
13. Dotar o Município de instrumentos capacitados a ordenar sob os aspectos legais, disciplinar sua atuação e fiscalizar os **meios de transporte coletivo e individual**, visando garantir a segurança e o bem estar dos cidadãos usuários destes sistemas.
14. Promover, seguindo nossa firme determinação de fazer uma Gestão Municipal Integrada entre secretarias e demais órgãos de gestão, a plena **integração entre a Secretaria de Segurança Pública e os órgãos de Ordenamento Urbano** do município, dotando ambas de informações corretas e sempre atualizadas, como base para ações integradas quanto ao ordenamento urbano.
15. Estimular a **integração entre a Guarda e a Comunidade** através da implantação de projetos esportivos e culturais conjuntos, criando Polos Comunitários de Paz através do estímulo à prática de esportes e do desenvolvimento da cultura local.
16. Promover maior e total **integração da Delegacia da Mulher com a Guarda Civil Municipal**, em conformidade com a Lei 13.022.
17. Qualificar a Guarda Civil Municipal, com **treinamento específico para atuar no Projeto Crak** é Possível Vencer, do Governo Federal, utilizando-se de recursos federais.

10. ESPORTE E QUALIDADE DE VIDA

A qualidade de vida da população é sempre associada a diversos fatores que regulam suas rotinas e a satisfação de seus desejos mais imediatos. Outro aspecto relevante para a qualidade de vida, e nem sempre considerado devidamente, é aquele que se reporta aos cuidados pessoais físicos e mentais, e

que dependem tanto da dedicação própria como de fatores que envolvem seu entorno, sejam eles de caráter estrutural da cidade ou então de estímulos, motivações e orientações adequadas. Neste campo se insere o esporte em suas diversas modalidades.

Com esta perspectiva para a uma melhor qualidade de vida da população de Macaé, em todas as idades, daremos ao esporte a amplitude e atenção que precisa para se constituir em elemento estruturante de um modo de vida saudável. Neste sentido, o Esporte de Formação é nossa meta principal, disseminando em todos os bairros e localidades, as estruturas necessárias às práticas esportivas em diversas modalidades que sejam possíveis de serem praticadas. O esporte de alto desempenho é uma consequência natural quando se tem uma base que revela talentos que se sobressaem quando se dissemina e se expandem oportunidades. Daremos atenção ao esporte de alto desempenho, atendendo demandas com o programa bolsa-atleta, reconhecendo talentos locais e àqueles que podem estimular muitos outros jovens, com suas performances e exemplos positivos e condutas pró-ativas.

PROPOSTAS PARA O ESPORTE

1. **Ampliar e diversificar as estruturas físicas** para a prática de esportes, em diversas modalidades, levando estas estruturas a todos os bairros e localidades do município, tanto urbanas quanto rurais.
2. **Criar um Programa de Manutenção Permanente** destas estruturas, evitando sua depreciação e sucateamento. Este programa deverá contar com a efetiva participação dos usuários, através de instrumentos de educação, motivação, compromissos compartilhados e parcerias específicas.
3. Estimular a que cada Associação de Moradores estruture o seu **Grupo Gestor de Esportes**, para o qual a Prefeitura indicará um profissional desta área para compor este Grupo Gestor e, assim, servir e atuar como ele de ligação com o Executivo municipal visando a efetiva implementação dos Programas em cada situação prevista.
4. **Requalificar as escolas** em seus equipamentos para as práticas esportivas, reconhecendo sua importância como elemento formador do caráter individual e da solidariedade, além da saúde corporal e mental, dos estudantes nesta fase da vida do cidadão.
5. **Dotar as praças esportivas** com iluminação adequada para a prática noturna de esportes e, em medida progressiva, realizar a cobertura das mesmas. Esta medida visa ampliar significativamente a sua função e utilidade, com o aumento de horas possíveis para sua.
6. **Identificar terrenos do município** e de propriedade particular com potencial para a instalação de “campos de várzea”, visando o aumento significativo destas estruturas para a prática do futebol e outras modalidades do atletismo.
7. **Criar o Projeto Pelada de Primeira**, para competições de curta duração entre bairros e localidades.
8. **Fortalecer o conceito** e a operacionalidade das **competições** inter e intra escolas.
9. **Fornecer profissionais de Educação Física** e com habilitação em esportes diversos visando orientar as práticas, identificar talentos e fomentar programas nas diversas modalidades.
10. Reestruturar o programa **Bolsa-atleta**.
11. **Implantar academias** com equipamentos adequados para idosos e com a presença de fisioterapeutas, fazendo deste local um ponto de encontro e de atenção à população da Terceira Idade.
12. Implantar e ampliar junto aos bairros, além dos locais tradicionais como a praia, a **Ginástica na Praça**, com práticas orientadas em horários matutinos, considerando prioritariamente a população idosa e mulheres mães de família, contendo práticas de Yoga, alongamentos e equilíbrio e ginástica, entre outras.
13. Dar continuidade ao **PIDES – Programa de Iniciação Desportiva** – e ampliar sua atuação às regiões com adensamento populacional na cidade.
14. Recuperar as estruturas existentes, e ampliar com equipamentos de alto desempenho em locais apropriados, as **estruturas para a prática do Skate**, considerando ainda sua inclusão a partir dos Jogos Rio-2016 como esporte Olímpico.

11. INTEGRAÇÃO REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL
--

A cooperação regional é fundamental nesta hora difícil para as economias dos municípios que tem seu suporte econômico nas atividades de exploração do petróleo e com direito ao recebimento de cotas de Royalties, congregados na OMPETRO. Problemas conjunturais desta ordem não devem ser enfrentados isoladamente. Por outro lado, o decréscimo das receitas advindas dos Royalties requer um reordenamento das economias dos municípios e das formas de geração de emprego e renda para a população residente em cada um deles. Esta realidade, posta como uma situação duradoura, deverá congrega ainda mais os esforços conjuntos para fortalecimento da integração regional.

Dessa forma, nos empenharemos em liderar e fomentar uma maior e permanente integração regional, construindo políticas conjuntas no que couber como enfoque regional em questões-chaves como saúde, modais de transporte, mobilidade de pessoas, estímulo à cadeias produtivas inovadoras com vistas ao reordenamento do desenvolvimento econômico regional.

A centralidade de Macaé durante os últimos trinta anos no contexto da exploração petrolífera offshore, como base terrestre e de logística da Petrobrás, construiu um legado no município que deve ser assegurado, mesmo diante do novo cenário deste setor. Neste sentido, devemos assegurar a realização bianual da Feira Brasil Offshore e da Conferência Internacional da Indústria de Petróleo e Gás.

PROPOSTAS

1. Atuar junto aos demais prefeitos da Região para **redefinir e ampliar os objetivos, atribuições e funções da OMPETRO**, visando fortalecer esta organização integrativa dos municípios, com a perspectiva de estruturar a diversificação de Arranjos Produtivos Locais.
2. **Garantir a permanência de Macaé como sede** da Feira Brasil Offshore e da Conferência Internacional da Indústria de Petróleo e Gás.
3. **Estimular outros setores da economia a investirem** na realização de Feiras de Negócios no Centro de Convenções, visando sua sustentabilidade e atração de novos negócios.
4. Promover estudos que visem o estabelecimento de parcerias permanentes com o setor privado, adotando instrumentos previstos em uma PPP, objetivando **garantir sustentabilidade operacional ao Centro de Convenções**.
5. Promover, junto às prefeituras da região e governo do estado, estudos específicos sobre os **modais de transporte de interesse regional – Rodovia e Ferrovia** - visando consolidar interesses comuns e procedimentos para esta infraestrutura de mobilidade de cargas e de passageiros.
6. Buscar estabelecer um **fórum permanente** com os municípios da região para viabilizar projetos e ações de cooperação técnica-econômica-social para enfrentar os diversos desafios na área da saúde, mobilidade, empresarial e ambiental.
7. **Promover a integração do Município de Macaé em programas de parcerias de âmbito internacional**, principalmente na região de atuação do Mercosul, em especial em atividades que potencialize ações de solidariedade tecnológica, procurando apoiar iniciativas inovadoras tais como as ações das câmaras temáticas do **SIMAAS – SISTEMA DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL AMÉRICA ÁREA SUL**.

12. GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

DIRETRIZES DO EIXO

Nosso entendimento do que representa exercer o comando da Administração do município de Macaé, neste momento extremamente crítico para as pessoas que aqui vivem, pressupõe adotar princípios e práticas de gestão que proporcionem uma verdadeira integração e sinergia entre os diversos setores que compõem a estrutura da Administração, acabando de vez com a fragmentação e o consequente isolamento entre as diversas Secretarias e setores. Uma vez integrada de fato, será mais efetiva na prestação dos serviços e na implementação de Programas e Projetos.

Da mesma maneira e como princípio fundamental, construir e adotar Políticas Públicas derivadas de práticas participativas com os diversos seguimentos representativos da sociedade e que fortaleçam a relação de confiança da Sociedade na atuação do Setor Público.

A convicção de que governar com Políticas Públicas construídas desta forma contempla, também, a necessidade de fortalecer a sinergia entre Secretarias, evitando a sobreposição de funções e a fragmentação e isolamento entre Secretarias e demais estruturas. Desta forma evitaremos a sobreposição de funções, assim como despesas desnecessárias e desperdícios em H/H e, consolidando práticas de gestão pública, já que seremos mais eficientes na aplicação dos serviços e das políticas públicas.

Essa será nossa conduta, de forma natural e sem subterfúgios, o que se consolidará ainda mais com os projetos e ações que estamos nos comprometendo a executar neste campo de interfaces com a sociedade civil organizada.

O maior patrimônio de qualquer organização é exatamente seu corpo de funcionário. Iremos estabelecer canais de diálogo e integração absoluta entre setores, **acabando com as práticas e comportamentos de responsáveis por secretarias que levam à segmentação e fragmentação da administração**, tão danosa para seus resultados.

Da mesma forma, essa conduta exige estabelecer uma política de valorização do Servidor Público, de modo a proporcionar treinamentos adequados, melhores condições de trabalho, valorizar as questões de SMS (saúde, meio ambiente e segurança), de modo a recuperar a estima e motivação dos profissionais, refletindo positivamente na melhoria contínua dos serviços públicos prestados e interação com a população.

PROPOSTAS PARA UMA GESTÃO COMPETENTE E CUMPRIDORA DE SUA MISSÃO

1. **Implantar o Centro de Formação** em Gestão Pública Municipal.
Esta medida será imediata, considerando toda a centralidade de nosso Plano de Governo, o qual requer funcionários públicos motivados e com sua formação sempre atualizada. De baixo custo, este Centro de Formação em Gestão Pública terá, prioritariamente, funcionários do quadro existente formando os demais, em um processo contínuo de troca e consolidação de experiências. As inovações virão de aportes através de convênios com o Estado e com Universidades, onde parcerias de baixo dispêndio financeiro produzirão elevados resultados em treinamento, reciclagem de conhecimentos, formação e aprimoramento profissional.
2. Desenvolver como princípio fundamental da gestão, a intersectorialidade, ou seja, a atuação sinérgica entre as diversas estruturas da Administração (Gabinete do Prefeito; Secretarias; Autarquias; Fundações; Setores e estruturas operacionais diversas), com o claro e transparente objetivo de **acabar com a cultura da fragmentação da Gestão Pública**.
3. **Desburocratizar processos e reduzir carimbos** realizando um amplo programa de revisão de processos com o auxílio das tecnologias da informação.
4. Criar o **Plano Municipal de Qualidade do Atendimento ao Público**, com a ampla capacitação dos servidores e adequação de procedimentos.
5. Criar o **Observatório Gerencial de Políticas Públicas**, destinado a proporcionar permanente análise e controle de qualidade dos serviços públicos.
6. Implantar a **Mesa Permanente de Negociação e Gestão de RH**, como canal de diálogo da Administração com os servidores, visando sob todas as formas e objetivos o aprimoramento dos vínculos empregador/empregado.
7. Investir em **inovação tecnológica** e em procedimentos gerenciais, objetivando constante aprimoramento da gestão e dos serviços públicos prestados a população.
8. **Compromissar o IMCT a interagir** com todos os seguimentos da Administração Municipal, objetivando implantar controles de qualidade permanentes nos equipamentos e estruturas operacionais, visando, dentro de suas atribuições, garantir qualidade nos serviços públicos ofertados à população, em especial no controle de qualidade das águas utilizadas nas unidades de saúde e escolares; na alimentação escolar; nos equipamentos especializados em uso pela Saúde através de calibrações e aferições; no controle dos níveis aceitáveis de ruído e da poluição sonora, entre outros.
9. **Fortalecer a Ouvidoria Pública** e reafirmar sua função independente junto aos setores da Administração como instrumento democrático de gestão pública.
10. Manter a prática do **Orçamento Participativo**, ampliando as formas de disseminação de seus objetivos, garantindo maior participação interação com a sociedade.
11. **Recuperar a capacidade de crédito do Município junto ao Governo Federal**, eliminando a inadimplência provocada pela má gestão dos recursos federais advindo da esfera federal nesta última gestão do município.
12. Implantar o projeto **Macaé-Digital**, considerando a existência de extensa malha de fibra ótica na cidade e, atualmente, ignorada e inoperante como estrutura que viabiliza o acesso gratuito à internet em locais públicos. Para tal, a Prefeitura irá estabelecer estudos para sua estruturação e dimensionamento de custos, incluindo caso necessário, as possibilidades do estabelecimento de parceria Público-Privada.
13. Implementar o **Sistema de Planejamento Urbano e Territorial**, dotado de capacidades próprias para gerar conteúdo estruturante de curto, médio e longo prazo para o Planejamento Urbanístico e Territorial do município.
14. Instituir **Programa de Conservação e Uso Racional de Energia** em todos os prédios públicos. Este programa consistirá de uma série de ações e medidas de caráter técnico, gerencial e comportamental, objetivando racionalizar o consumo de energia e, ao mesmo tempo promover

formas de estabelecer comportamentos dentro da gestão com vistas a diminuir custos e educar para a sustentabilidade. Neste contexto é perfeitamente viável economizar energia sem reduzir a produtividade, o conforto, o bem estar e a segurança. Ao mesmo tempo estabelece comportamento inovador no funcionário público que adquire, também, este comportamento como cidadão em sua rotina doméstica e como indutor deste em seu círculo de relacionamentos.